

P R E F E I T A

BETE **13**

SIRAQUE

VICE Bruno Daniel

Plano
de governo



SU MIA RIO

Mensagem do Lula

Mensagem da Bete Siraque

Conheça a Bete

Conheça o Bruno Daniel

01_ Educação

02_ Segurança Pública

03_ Saúde

04_ Participação Popular

05_ Cidadania, Direitos Humanos e Diversidade

5.1_ Mulheres

5.2_ População LGBTQIAPN+

5.3_ Igualdade Racial

5.4_ Pessoas com Deficiência

5.5_ População em Situação de Rua

5.6_ Inter-religioso

5.7_ Juventude

06_ Assistência Social

07_ Desenvolvimento Econômico

08_ Desenvolvimento Urbano, Habitação e Mobilidade

09_ Habitação

10_ Mobilidade Urbana

11_ Administração Pública

12_ Segurança Alimentar e Abastecimento

13_ Cultura

13.1_ Eixo 1: Fomento Cultural

13.2_ Eixo 2: Fruição Cultural

13.3_ Eixo 3: Formação Cultural

13.4_ Eixo 4: Patrimônio Histórico e Cultural

13.5_ Eixo 5: Gestão Cultural

14_ Proteção Animal

15_ Meio Ambiente

16_ Esporte



Mensagem de Lula aos *andreeenses*

Querido povo de Santo André, é com grande orgulho que volto novamente a comandar a Presidência do Brasil. Enfrentamos desafios sem precedentes e juntos estamos trabalhando para colocar o país de volta nos trilhos certos em direção a um futuro mais promissor para todos.

Nós retomamos programas significativos como o Farmácia Popular e o Mais Médicos para garantir emprego e cuidados essenciais para nosso povo. Acreditamos no trabalho conjunto para aprimorar sua qualidade de vida e o bem-estar de sua família. Agora é a hora de escolher quem continuará a transformação em Santo André. As administrações do PT foram as que mais transformaram a cidade, e é por isso que é importante eleger Bete Siraque como prefeita e Bruno Daniel vice-prefeito.

Conto com a sua presença nas ruas ao lado dos nossos candidatos e candidatas a vereador e vereadora. Juntos vamos fazer de Santo André um lugar melhor mais uma vez!



Eu sou a Bete Siraque e quero falar *com você!*

Antes de tudo, minha mais profunda gratidão a você por estar comigo nessa caminhada de fé e esperança. Juntos, estamos prontos para a vitória, e tenho certeza de que, unidos, superaremos essa batalha. Ao meu lado, tenho um time que acredita na nossa capacidade de transformar Santo André. Vou lutar com todo o meu coração e sei que você estará comigo nessa missão.

Nosso programa de governo foi construído coletivamente, com o Movimento Santo André Popular e lideranças de partidos como PSOL, REDE, PT, PV, PCdoB, PDT e UP. Desde 2023, ouvimos as demandas da população, especialmente das regiões mais carentes, para construir uma Santo André melhor.

O Escutar e Construir uniu as lideranças e a população, criando propostas para nossa gestão. A participação popular é nossa marca, e esse plano reflete nosso compromisso de melhorar o que está bom e transformar o que precisa ser mudado.

Vem com a gente, porque com a gente é diferente!





“Ela é de luta,
ela é mulher,
Bete Siraque
a prefeita de
Santo André.”

Bete Siraque

Bete Siraque é mãe de Ana Clara, esposa de Vanderlei Siraque e uma legítima andreense. Professora formada e com uma longa trajetória de luta pela educação, ela se destacou ao lado de grandes figuras como Celso Daniel e o presidente Lula, sempre em busca de melhorias para Santo André. Uma de suas maiores realizações foi a criação dos CESAs, os “CEUs” de Santo André, que oferecem esporte, cultura e lazer para a população, com 12 unidades espalhadas pela cidade graças ao seu empenho.

Com ampla experiência política, Bete foi vereadora por oito anos, secretária-adjunta de Educação e também atuou no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Ela é formada em Pedagogia e é mestra em História da Ciência pela PUC-SP.

Em 2020, ficou em 2º lugar na disputa pela prefeitura. Agora, com o apoio do Partido dos Trabalhadores, ela está pronta para ser prefeita de Santo André.

A close-up portrait of Bruno Daniel, a middle-aged man with short, light-colored hair, smiling warmly. He is wearing a light pink button-down shirt. The background is a blue-tinted collage of various people, including children and adults, representing the community of Santo André.

Bruno

Daniel

Bruno Daniel é um nome fortemente ligado à história de Santo André. Nascido e criado na cidade, ele carrega o legado de seu irmão, Celso Daniel. Engenheiro, professor e sociólogo, Bruno tem mais de duas décadas de experiência na política, na academia e em movimentos sociais, sempre comprometido com a comunidade andreense. Foi fundamental em debates sobre saneamento básico e coleta de lixo, melhorando a vida de muitos moradores.

Casado com Marilena Nakano, uma das fundadoras do PT, Bruno tem uma formação acadêmica sólida, com doutorado na PUC-SP e pós-doutorado em Paris. Professor na PUC-SP desde 1987, também atuou na Fundação Santo André e atualmente trabalha na Secretaria da Fazenda e Planejamento do Governo de São Paulo.

Em 2020, obteve mais de 25 mil votos na disputa pela prefeitura de Santo André. Agora, ao lado de Bete Siraque, está pronto para continuar transformando a cidade!

Legado de

Celso Daniel

e das administrações do **PT**

Celso Daniel fez de Santo André uma cidade mais conectada e acolhedora. Com um amor genuíno pelos andreenses, ele sempre buscou melhorar a vida das pessoas. Uma de suas principais conquistas foi a transformação do transporte público, integrando linhas de ônibus, inaugurando terminais e modernizando o sistema de trólebus, tornando o deslocamento mais rápido e acessível. O Bilhete Único, criado em sua gestão, facilitou a vida de milhares de moradores, que passaram a se movimentar com mais liberdade pela cidade. Celso também foi responsável por revitalizar áreas antes abandonadas, como o Parque Celso Daniel e o Polo Petroquímico de Capuava, que trouxeram novos empregos e desenvolvimento para a cidade. Ele sempre ouviu a população e promoveu programas de habitação e regularização fundiária, garantindo moradia digna para muitas famílias. As políticas que ele implementou chegaram a todos os bairros: incentivando o comércio local, apoiando o empreendedorismo, oferecendo qualificação profissional e ajudando as pessoas mais vulneráveis. Celso Daniel construiu uma Santo André mais justa e inclusiva, sempre focado em melhorar a vida dos andreenses. Seu legado não está apenas nas obras físicas, mas também no carinho e respeito com que ele tratava cada pessoa. Ele acreditava que a transformação da cidade era uma missão coletiva. Esse amor por Santo André permanece vivo até hoje. Com Celso, Santo André mudou para melhor. Vamos juntos continuar essa história!



Administração Pública:

Cidadania, Direitos Humanos e Diversidade

Nosso Programa de Governo busca construir uma Santo André mais humana e justa, combinando sonhos e ousadia com propostas viáveis. Eleger a primeira mulher prefeita do município é um feito histórico, e nossa responsabilidade é grande.

As administrações petistas, desde Celso Daniel até João Avamileno e Carlos Grana, deixaram um legado vivo, com políticas públicas que ainda beneficiam a cidade. Destacamos abaixo realizações reconhecidas pela população. Precisamos aprofundar esse modo de governar.

Cidade Agradável:

Revitalizamos áreas urbanas com arborização, flores e árvores frutíferas, resgatando a beleza natural da cidade, como dizia Celso Daniel: “Em breve, ouviremos novamente os cantos dos pássaros”.

Projeto Eixo Tamanduatehy:

Revitalizou-se a Avenida Industrial e suas áreas abandonadas, transformando-as em um polo atrativo com hotéis e shopping, impulsionando o desenvolvimento da cidade.

Implantação da UFABC:

Em 2005, a prefeitura doou o terreno para a construção da Universidade Federal do ABC, parte do projeto de requalificação urbana do Eixo Tamanduateí, contribuindo para o desenvolvimento educacional e econômico da região.

Projeto Santo André Mais Igual:

Revitalizamos áreas urbanas com Combateu a exclusão social em diversas favelas, garantindo moradia digna e direitos sociais para 20% da população carente, com apoio de instituições internacionais e urbanização de áreas como Sacadura Cabral.pássaros”.

Visão de Futuro:

Celso Daniel era visionário, comprometido com a transformação social e o desenvolvimento sustentável. O Projeto **Cidade Futuro – Agenda 21 Local** (2000-2020) visava transformar Santo André em uma cidade mais justa e sustentável, com foco em desenvolvimento humano, qualidade ambiental e inclusão social.

Hoje, nosso Plano de Governo segue os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a Agenda 2030, integrando políticas públicas locais, regionais e internacionais, com base nos princípios de interdisciplinaridade e integração regional.

EIXOS

Para concretizarmos nossos princípios e conceitos, os modelos referenciais deverão ser os seguintes:



Cidade Participativa:

Uma cidade que valoriza a participação popular e a transparência. O orçamento participativo será retomado e aperfeiçoado, e os conselhos de políticas públicas serão fortalecidos para estimular o debate. A integração entre sociedade e governo será essencial para garantir uma gestão pública eficaz.

Cidade Segura e Promotora da Paz:

A segurança será uma prioridade, com ações em conjunto com as polícias civil e militar, além de valorização da Guarda Civil Municipal. O combate ao feminicídio e à violência doméstica será intensificado, com o reforço da Patrulha Maria da Penha.

Cidade Educadora:

A educação é o alicerce para a transformação social. Nossa proposta é uma educação de qualidade, inclusiva e integrada com a comunidade, promovendo o desenvolvimento humano e valores sociais.

Cidade Agradável:

Santo André será mais acolhedora, com espaços públicos limpos, eventos culturais e políticas para jovens e idosos. A urbanização será planejada e os centros de bairro serão revitalizados com melhorias nos serviços públicos.

Cidade Acessível:

Uma cidade que valoriza a participação popular e a transparência. O orçamento participativo será retomado e aperfeiçoado, e os conselhos de políticas públicas serão fortalecidos para estimular o debate. A integração entre sociedade e governo será essencial para garantir uma gestão pública eficaz.

Cidade Saudável:

Uma cidade que valoriza a participação popular e a transparência. O orçamento participativo será retomado e aperfeiçoado, e os conselhos de políticas públicas serão fortalecidos para estimular o debate. A integração entre sociedade e governo será essencial para garantir uma gestão pública eficaz.

Cidade Desenvolvida, Sustentável e Inclusiva:

O desenvolvimento econômico será promovido com apoio ao empreendedorismo, economia solidária e incentivo à inovação tecnológica, além de políticas de inclusão social, como a agricultura urbana e o cooperativismo.

Cidade com Poder Público Forte:

O fortalecimento da administração pública será prioridade, com a valorização dos servidores, concursos públicos e capacitação contínua, garantindo a execução eficaz das políticas públicas. Com isso, Santo André será uma cidade plural, democrática e inclusiva, construída com a participação de todos.





DESAFIOS

A situação financeira de Santo André é grave. O endividamento da cidade cresceu nos últimos oito anos devido a uma gestão que priorizou o marketing e seguiu uma agenda neoliberal, deixando de lado a construção de políticas públicas sólidas. Sabemos que herdaremos uma cidade com muitas dificuldades, mas, com o apoio do Governo Federal, vamos agir rapidamente para recuperar a capacidade de investimento.

Só com a força e a experiência do nosso “Time do Lula” será possível colocar Santo André novamente no caminho certo. Vamos superar a má gestão que favoreceu poucos e deixou a maioria da população desamparada, sem pensar no futuro e na qualidade de vida dos moradores.

Os partidos que estão conosco entendem que essa é uma luta conjunta. Queremos construir parcerias com servidores públicos, movimentos sociais, conselhos e toda a população, sempre mantendo o diálogo aberto com nossas lideranças e militância.

Nosso governo será pautado por equidade, respeito à dignidade humana, cidadania, transparência e valorização dos serviços públicos. Vamos retomar o desenvolvimento econômico de forma inovadora, gerando novos recursos e criando mais oportunidades. O combate às desigualdades será a base das nossas políticas, garantindo acesso a direitos e serviços públicos para todos, com um olhar especial para o desenvolvimento de cada região da nossa cidade.

Uma nova gestão transparente e verdadeira...

é possível!



EDUCAÇÃO





Vivemos tempos desafiadores, e é mais urgente do que nunca formar cidadãos que possam construir uma sociedade mais humana e solidária. Em Santo André, nossa proposta é clara: em quatro anos, com a união da frente de esquerda, queremos transformar a cidade, começando pela educação, tornando-a inclusiva, democrática e acessível para todos.

Sabemos que os profissionais da educação merecem reconhecimento e condições dignas de trabalho, assim como nossas escolas, principalmente nas áreas mais carentes, precisam de uma infraestrutura adequada para receber nossos estudantes.

A realidade da rede municipal é marcada por desafios de gestão e falta de recursos. O currículo não reflete as necessidades atuais, e muitos alunos com deficiência ou altas habilidades não encontram o suporte necessário. Isso precisa mudar.

Além disso, a falta de incentivos para os educadores e a ausência de um plano de carreira impactam diretamente a qualidade do ensino. É hora de ouvir as escolas e agir de maneira estratégica para transformar essa realidade.

Nosso compromisso é garantir que todas as crianças, jovens e adultos tenham acesso à educação de qualidade, desde a creche até a EJA, valorizando a diversidade e promovendo uma cultura de paz.

Bete Siraque e Bruno Daniel, pelo Movimento Santo André Popular, reafirmam a dedicação a uma educação que transforme vidas, com oportunidades para todos.

- 01** Garantir uma política pública educacional gratuita, laica e não privatista para o município de Santo André, assegurando que o interesse público e a qualidade social da educação não sejam comprometidos.
- 02** Atender 100% das crianças de 0 a 3 anos em creches por meio da expansão de vagas, visando eliminar completamente as filas de espera.
- 03** Universalizar o acesso e a permanência na Educação Básica, preferencialmente na rede regular de ensino, para a população de 4 anos ou mais que possui deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, assegurando um sistema educacional inclusivo.
- 04** Estudar a necessidade de horários de funcionamento alternativos e jornadas estendidas, utilizando os espaços de creches e pré-escola para atendimento de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, cujas famílias comprovem trabalhar e/ou estudar nesse período.
- 05** Ampliar a oferta de educação integral na rede pública, prolongando o período de permanência dos alunos na escola e oferecendo um currículo adequado a uma escola de período integral.
- 06** Implementar uma política pública que efetive ações de combate à vulnerabilidade social, particularmente as situações de violência contra crianças e adolescentes, por meio do trabalho conjunto com as demais secretarias que compõem a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, visando a garantia dos direitos, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- 07** Ampliar e qualificar o Atendimento Educacional Especializado para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, na perspectiva da Educação Inclusiva, garantindo acesso e permanência na rede pública, com o desenvolvimento de práticas que promovam a real inclusão de todas/os as/os estudantes no processo de ensino e aprendizagem, bem como a qualificação dos espaços para esse fim.
- 08** Aderir ao Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos lançado pelo Governo Federal em 6/6/2024.
- 09** Implementar uma política de governo de divulgação ampla de oferta de Educação de Jovens e Adultos: alfabetização, escolarização e formação profissional.
- 10** Disponibilizar vagas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em todas as escolas municipais, oferecendo oportunidades para adultos aprenderem a ler, escrever e completar seus estudos.
- 11** Ofertar alimentação saudável e adaptada (quando necessário) aos estudantes da EJA.
- 12** Garantir e ampliar o atendimento da EJA I nos períodos da manhã e tarde para estudantes idosos/os e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.
- 13** Implementar alternativas que atendam às necessidades dos alunos trabalhadores da EJA (principalmente EJA II), com um calendário diferenciado que proporcione flexibilidade para que possam frequentar outros dias e horários, garantindo acesso ao mesmo conteúdo.
- 14** Garantir a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema prisional e promover a mobilização de egressos para a continuidade dos estudos.
- 15** Oferecer a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema socioeducativo, abrangendo os meios tanto abertos quanto fechados.
- 16** Estruturar um programa social de transferência de renda (Bolsa de Estudos), inspirado no projeto Pé de Meia, para estudantes matriculados na EJA municipal de Santo André que favoreça a elevação da escolaridade e a formação profissional dos/das andreenses e garanta acesso e permanência à EJA municipal.
- 17** Identificar, articular e integrar-se aos programas e ações já em curso em outras secretarias municipais que possam impactar na promoção da demanda ou oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Cultura, Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, Saúde e Esporte.
- 18** Implementar o passe livre para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), até que o programa Tarifa Zero seja completamente implantado, visando ampliar o acesso e a participação nas atividades educacionais.
- 19** Ampliar e fortalecer a oferta dos cursos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de forma integrada à educação profissional (EJA/FIC), estabelecendo parcerias com universidades públicas da região e do estado.

- 20** Expandir a oferta e os cursos profissionalizantes integrados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com as características do público e a atualidade do mundo do trabalho.
- 21** Assegurar transporte público municipal adaptado amplo e gratuito para estudantes da EJA/FIC com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, assim como para idosos matriculados nos Centros Públicos de Formação Profissional de Santo André, reintroduzindo os antigos “estojinhos”.
- 22** Estabelecer parcerias para viabilizar a implantação de bolsas-auxílio para estágios nas áreas profissionais, beneficiando os alunos dos cursos profissionalizantes (EJA/FIC).
- 23** Estimular o apoio financeiro por meio do Banco do Povo e outros parceiros para pequenos empreendedores que completam a EJA/FIC.
- 24** Resgatar o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) na cidade, assegurando sua participação no Programa Brasil Alfabetizado (PBA) do Governo Federal.
- 25** Promover uma ampla divulgação e assegurar o acesso de jovens e adultos aos programas de alfabetização e escolarização, com apoio do Governo Federal e em colaboração com os Movimentos de Alfabetização (MOVA) da cidade, por meio da expansão do número de vagas e salas nas comunidades e investimento na formação de educadores.
- 26** Garantir a gestão democrática com a participação ativa da comunidade escolar, por meio de conselhos de escola, conselhos mirins, organização estudantil e fóruns, assegurando a transparência e eficácia das políticas educacionais.
- 27** Criar novos CESAs.
- 28** Implantar o Bolsa Uniforme e o Vale Material Escolar.
- 29** Ampliar e reorganizar o CAEM e o CADE.
- 30** Criar o CAEM no segundo distrito.
- 31** Consolidar a política de Inclusão e Educação Integral de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, por meio do respectivo departamento e do Centro de Atendimento Educacional Multidisciplinar (CAEM), Polo Bilíngue e Salas de Recursos Multifuncionais.
- 32** Criar, em parceria com a Secretaria de Saúde, clínicas-escolas com o objetivo de proporcionar cuidados apropriados para indivíduos autistas que requerem a atuação de profissionais multidisciplinares, em conformidade com a Lei Berenice Piana (Lei Federal 12.723).
- 33** Garantir profissionais de Apoio Escolar em Santo André, especialmente para o atendimento das crianças autistas e com outras deficiências.
- 34** Ampliar a quantidade de salas de recursos multifuncionais com equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos adequados para oferecer atendimento educacional especializado a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, em todas as escolas de Ensino Fundamental.
- 35** Incluir professores de esporte adaptado no município de Santo André para atender às necessidades específicas das crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.
- 36** Viabilizar o funcionamento e ampliar o atendimento NANASA II (Núcleo de Natação Adaptada de Santo André) no município de Santo André, atendendo à demanda de crianças com deficiência.
- 37** Qualificar e reestruturar as parcerias com as entidades assistenciais que atendem à educação.
- 38** Retomar o programa Mais Educação de Santo André.
- 39** Promover e fortalecer a formação de profissionais da educação em parceria com as universidades da região do ABC.
- 40** Fazer gestões para a implantação de um instituto federal.
- 41** Ampliar a oferta de educação em tempo integral na rede municipal, prolongando o período de permanência dos/das estudantes.

- 42** Implantar horários diferenciados, flexíveis e alimentação saudável para o atendimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- 43** Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes integrados à EJA, estabelecendo parcerias com universidades públicas e institutos federais.
- 44** Garantir que todas as escolas municipais tenham espaços equipados e organizados para cultura digital e maker.
- 45** Consolidar o ensino de História dos Povos Originários, História da África e História Afro-Brasileira, valorizando suas culturas e saberes.
- 46** Valorizar os profissionais da educação, proporcionando condições de trabalho adequadas, um plano de carreira renovado e formação continuada em parceria com universidades públicas.
- 47** Assegurar o cumprimento da lei que prevê 1/3 da jornada de professores/as dedicada à formação e planejamento.
- 48** Ampliar os cargos para atendimento nas escolas municipais.
- 49** Modernizar e adaptar o espaço escolar para atender às necessidades dos/das estudantes, incluindo acessibilidade, áreas verdes, construção, reforma, manutenção e implantação de ateliês e laboratórios com equipamentos de ciências.

- 50** Estruturar um programa inspirado no projeto Pé de Meia para estudantes matriculados na EJA municipal e profissionalizantes a fim de favorecer a elevação da escolaridade e a formação profissional dos andreenses.





SEGURANÇA

PÚBLICA

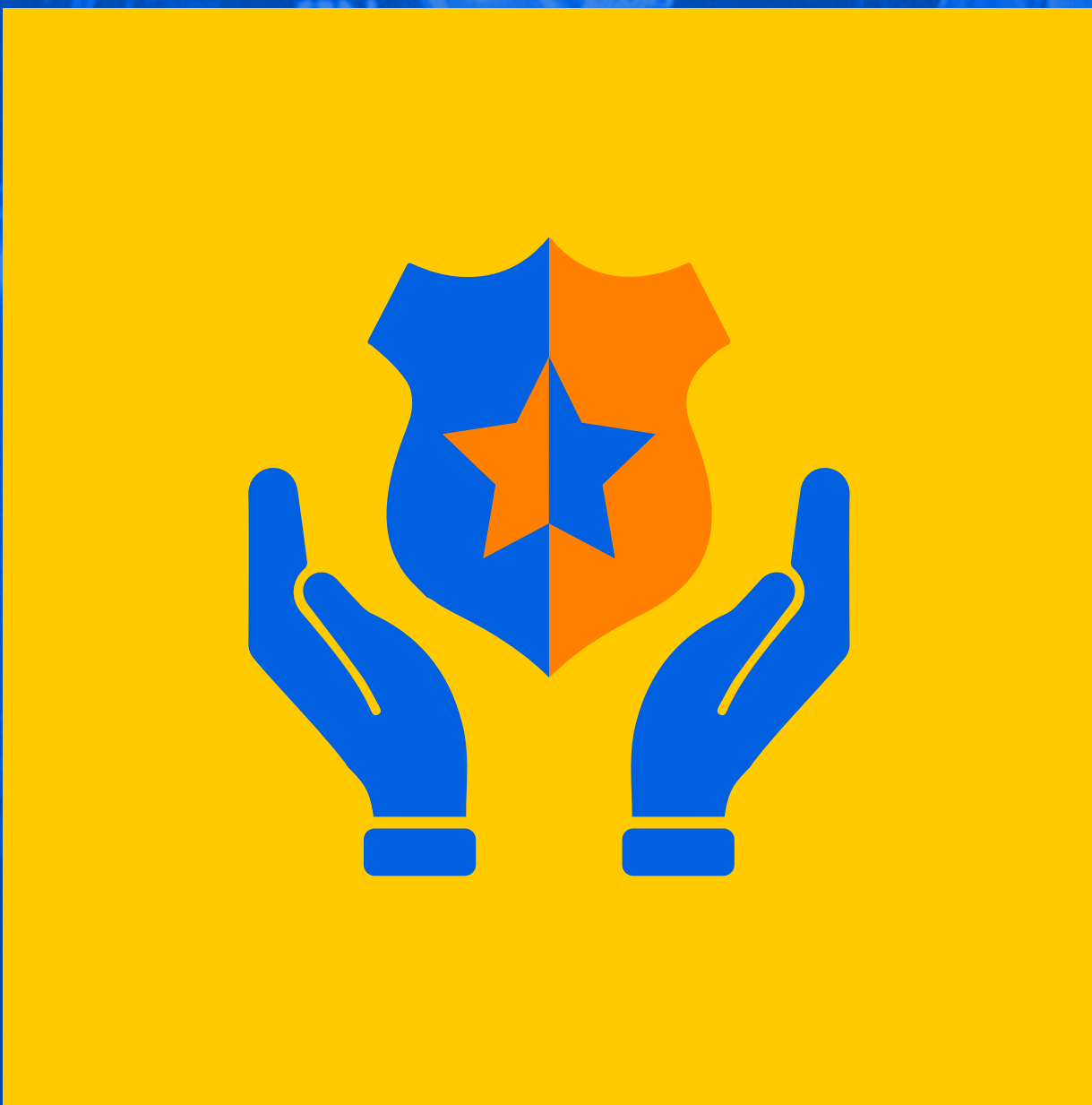


153



VILA RICA - MG



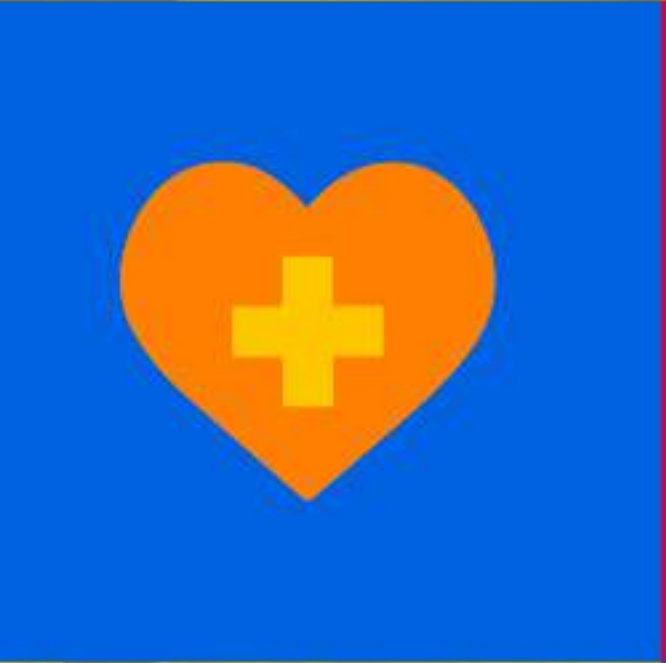
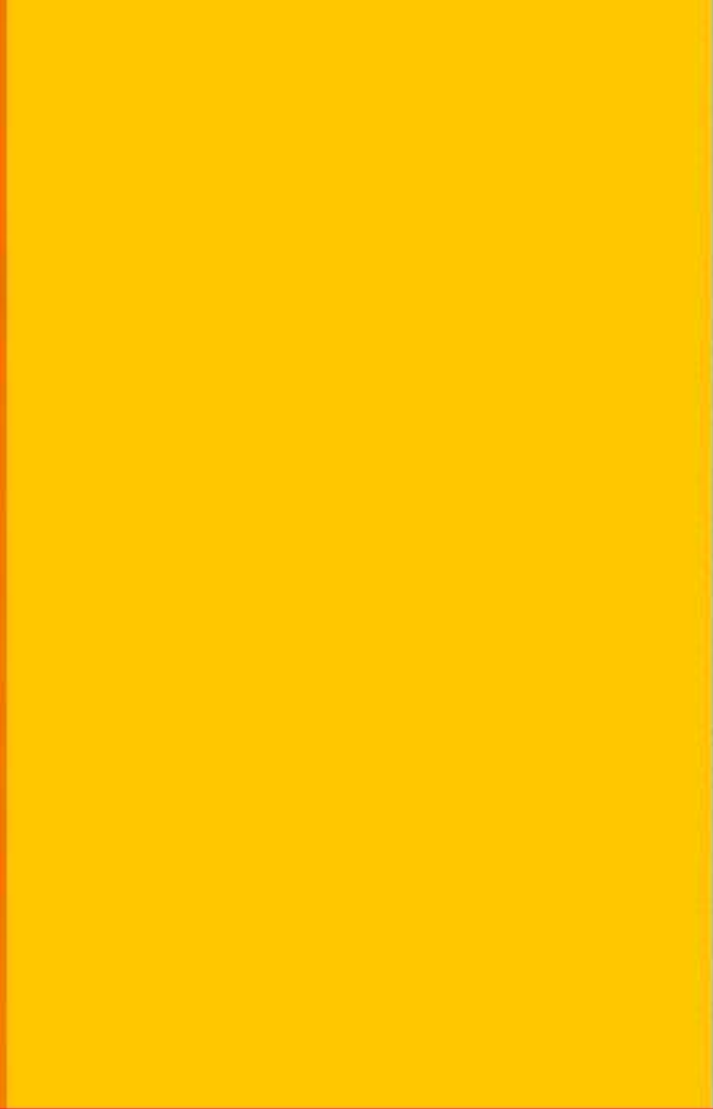


A segurança pública é uma das maiores preocupações da população de Santo André, e nosso compromisso é transformar a cidade em um lugar mais seguro para todos. Por isso, o plano busca fortalecer a Guarda Civil Municipal, modernizar o monitoramento da cidade e garantir respostas rápidas e eficazes em situações de risco. Com a instalação de videomonitoramento estratégico e botões de emergência em pontos estratégicos, junto com uma atuação integrada entre as secretarias municipais e os programas federais, queremos garantir mais tranquilidade para nossas famílias.

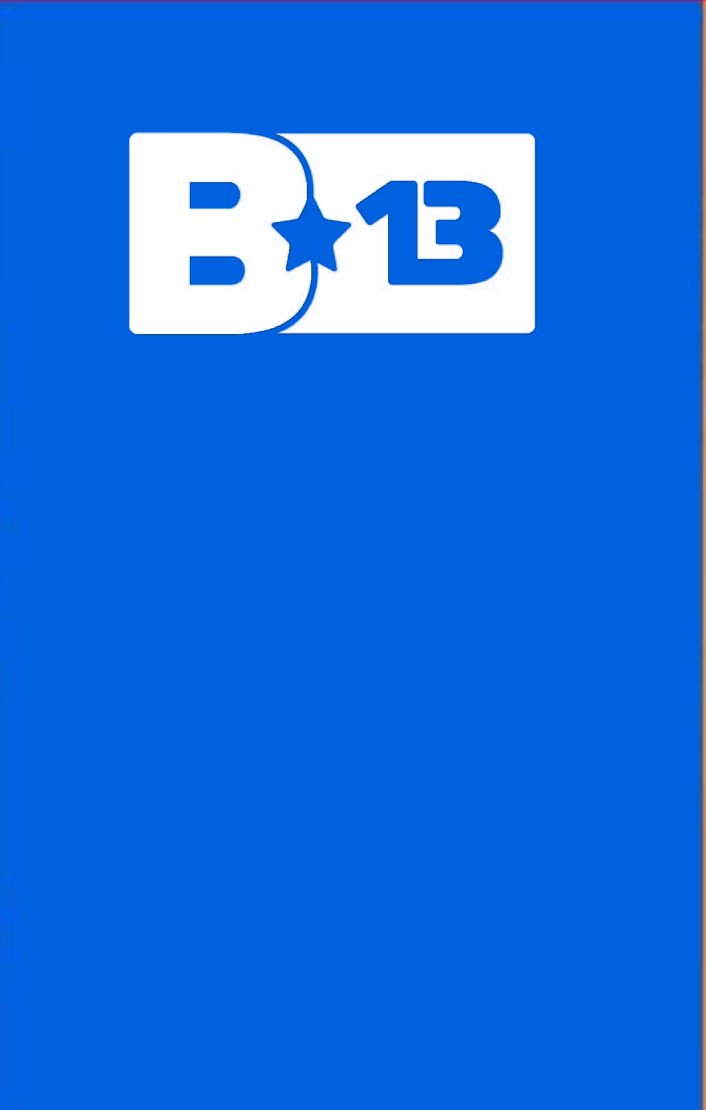
Sabemos que, para melhorar a segurança, é essencial cuidar de quem cuida da gente. Por isso, estamos comprometidos em oferecer à Guarda Civil Municipal mais capacitação, novos recursos e foco especial no combate à violência doméstica e escolar. Além disso, vamos criar o Conselho Municipal de Segurança Pública e implementar um Plano Municipal de Segurança, para que as ações sejam integradas e direcionadas às necessidades reais da nossa cidade.

- 01** Instalar 40 totens de videomonitoramento com botões de emergência nas divisas da cidade e centros comerciais, proporcionando mais controle e segurança.
- 02** Reforçar e equipar a Guarda Civil Municipal, recuperando sua força e garantindo uma atuação mais eficiente.
- 03** Fortalecer a Patrulha Maria da Penha, com mais qualificação e recursos para combater a violência contra as mulheres.
- 04** Instalar botões de segurança em pontos de ônibus, conectados a uma central de segurança para rápida resposta em casos de risco.
- 05** Reforçar as rondas escolares da Guarda Civil Municipal, garantindo a proteção de nossas crianças e jovens nas escolas.
- 06** Criar o Conselho Municipal de Segurança Pública, envolvendo a sociedade na construção e monitoramento das políticas de segurança.
- 07** Desenvolver um Plano Municipal de Segurança, com diretrizes claras e eficazes para toda a cidade.
- 08** Promover a integração das políticas de segurança entre as secretarias municipais, garantindo uma atuação conjunta e eficiente.
- 09** Dialogar com o Governo Federal para implementar projetos de prevenção e combate à criminalidade por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).
- 10** Atualizar o estatuto da Guarda Civil Municipal, em parceria com os servidores, para garantir melhores condições de trabalho.
- 11** Capacitar a Guarda Civil Municipal para atender casos de violência doméstica, de gênero e geracional, com uma abordagem mais humanizada e especializada.
- 12** Ampliar o monitoramento eletrônico para cobrir mais áreas e aumentar a eficiência no combate ao crime.
- 13** Fiscalizar desmanches e operações clandestinas, combatendo o roubo e furto de veículos.
- 14** Desenvolver ações de inteligência para identificar e desarticular redes de receptação de celulares furtados e roubados, quebrando o ciclo de comércio ilegal.





SAÚDE





O Fila Zero – da atual gestão de Paulo Serra, à qual seu sucessor Gilvan promete dar continuidade – faz jus ao nome do programa, pois o que temos hoje na saúde pública do município é nota ZERO. Atualmente, a população que utiliza os serviços públicos de saúde sofre com falta de profissionais e remédios. O tratamento de qualquer enfermidade fica ainda mais distante quando não há o devido atendimento para exames e internações.

Para mudar essa triste realidade, a humanização na assistência deverá ser o tema transversal da política de saúde na gestão Bete e Bruno, não reduzida a um “programa”, mas como diretriz política implementada em todos os novos projetos, linhas de cuidado, educação permanente dos trabalhadores, participação popular e articulando as práticas de saúde com as diferentes áreas.

A nossa nova gestão seguirá em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) universal, com a garantia de participação da comunidade e dos/das trabalhadores/as no cotidiano do serviço de saúde. A humanização prevê a Educação Permanente em Saúde (EPS) para o processo contínuo de formação do trabalhador/a, promovendo o atendimento de qualidade humanizado e a valorização da Rede Assistencial de Saúde, fundamentada nos três princípios do SUS – a universalidade, a equidade e a integralidade –, com ampliação e qualificação do atendimento à população.



- 01** Ter a ciência, o humanismo e a dedicação ao SUS como critérios básicos para a escolha de ocupantes dos cargos de direção em todas as estruturas e serviços da SMS.
- 02** Garantir independência, autonomia e poder efetivo de deliberação para a Conferência e o Conselho Municipal de Saúde, com recursos materiais, técnicos, financeiros e humanos.
- 03** Revisar a terceirização da gestão do SUS em Santo André, reconstituir o corpo técnico próprio e garantir seu aperfeiçoamento humano e científico.
- 04** Requalificar as UPAs e promover a atualização técnica das equipes, principalmente dos médicos, para reduzir o tempo de espera.
- 05** Garantir a distribuição de medicamentos de urgência em todas as UPAs.
- 06** Implantar uma nova UPA no segundo subdistrito e transformar o PA Paranapiacaba em UPA.
- 07** Ampliar a descentralização das viaturas do SAMU para reduzir o tempo entre chamados e atendimentos.
- 08** Estabelecer parceria com a Faculdade de Medicina do ABC para atendimentos especializados.
- 09** Garantir a cobertura de 100% do município por equipes de Saúde da Família, ajustando o modelo de atenção às características de cada região.
- 10** Criar o CACC (Centro de Apoio e Cuidados à Pessoa com Câncer) e requalificar e ampliar os serviços de UBS e CAPS.
- 11** Ampliar a rede de UBSs, criando unidades na Vila Luzita, Jardim Santo André e Jardim Irene.
- 12** Ampliar a distribuição de absorventes higiênicos do Programa Dignidade Menstrual nas UBSs e na rede de Farmácias Populares.
- 13** Criar o Programa Trabalho Saudável para identificar as categorias mais expostas e os agravos mais frequentes entre os trabalhadores.
- 14** Aderir ao programa federal para ampliar o acesso às especialidades.
- 15** Reorganizar e democratizar o Centro Especializado em Reabilitação.
- 16** Criar o Centro de Atendimento Multiprofissional para Portadores de Autismo.
- 17** Criar o Centro de Apoio e Cuidados à Pessoa com Câncer.
- 18** Ampliar os serviços e redimensionar as equipes de saúde mental, incluindo CAPS Adultos, CAPS Infantojuvenis, CAPS Álcool e Drogas, Consultórios na Rua, CAPS itinerante e outras modalidades de atendimento, de acordo com critérios de equidade e vulnerabilidade das populações das regiões do município.





PARTICIPAÇÃO

POPULAR

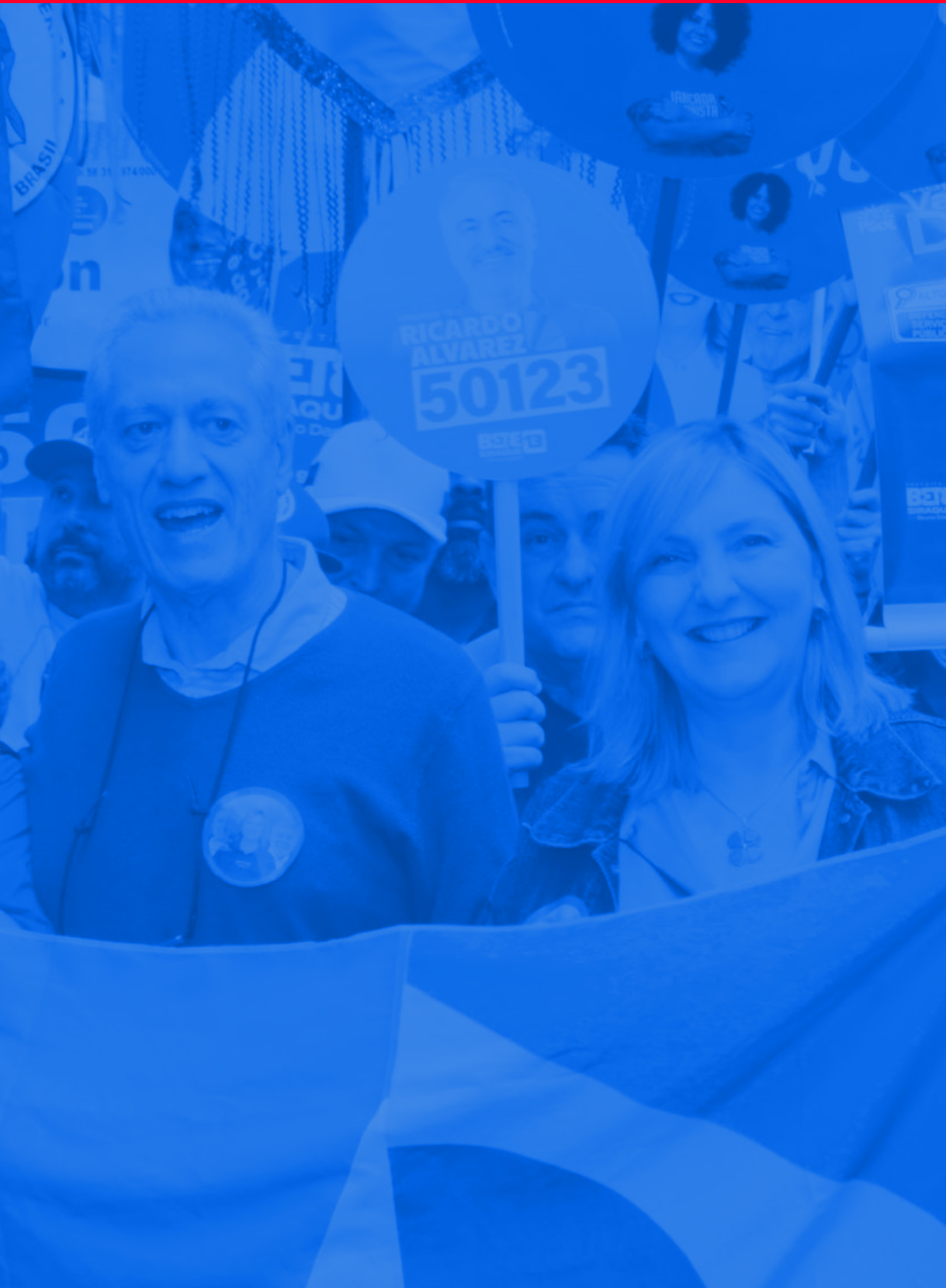




O Fila Zero – da atual gestão de Paulo Serra, à qual seu sucessor Gilvan promete dar continuidade – faz jus ao nome do programa, pois o que temos hoje na saúde pública do município é nota ZERO. Atualmente, a população que utiliza os serviços públicos de saúde sofre com falta de profissionais e remédios. O tratamento de qualquer enfermidade fica ainda mais distante quando não há o devido atendimento para exames e internações.

Para mudar essa triste realidade, a humanização na assistência deverá ser o tema transversal da política de saúde na gestão Bete e Bruno, não reduzida a um “programa”, mas como diretriz política implementada em todos os novos projetos, linhas de cuidado, educação permanente dos trabalhadores, participação popular e articulando as práticas de saúde com as diferentes áreas.

A nossa nova gestão seguirá em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) universal, com a garantia de participação da comunidade e dos/das trabalhadores/as no cotidiano do serviço de saúde. A humanização prevê a Educação Permanente em Saúde (EPS) para o processo contínuo de formação do trabalhador/a, promovendo o atendimento de qualidade humanizado e a valorização da Rede Assistencial de Saúde, fundamentada nos três princípios do SUS – a universalidade, a equidade e a integralidade –, com ampliação e qualificação do atendimento à população.



- 01** Realizar contato semanal da nossa prefeita com a população por meio de redes sociais.
- 02** Garantir a transparência orçamentária municipal.
- 03** Criar Núcleos de Planejamento de Bairro constituídos por locais de escuta e diálogo onde a prefeitura deverá explicitar o que deseja implementar de ações de zeladoria, mas também e principalmente de políticas públicas em cada território da cidade, inclusive sendo transparente nesse diálogo com relação a limites técnicos, legais e orçamentários.
- 04** Desenvolver o projeto O Núcleo de Planejamento de Bairro Vai até Você, que pode implicar visitas às casas, utilizando reuniões híbridas e divulgação em redes sociais.
- 05** Potencializar a Ouvidoria por meio de sua reestruturação.
- 06** Desenvolver nova institucionalidade para os conselhos paritários de políticas públicas e audiências públicas.
- 07** Articular educação, cultura, lazer e esportes para viabilizar uma educação plena para os estudantes.
- 08** Realizar um estudo de viabilidade para a implantação de Orçamento Participativo nas escolas via Programa Dinheiro Direto na Escola.
- 09** Implantar participação popular via aplicativos, estreitando os canais para escutar e construir.

10 Reestruturar a governança com reuniões com todo o secretariado para discutir as prioridades políticas de forma coletiva, substituindo as negociações individuais entre o núcleo do governo e cada secretário.

11 Criar comitês envolvendo as secretarias responsáveis por cada questão, garantindo a colaboração entre diferentes áreas para resolver problemas de forma mais integrada, especialmente nas políticas intersetoriais.



CIDADANIA,

DIREITOS HUMANOS E

DIVERSIDADE



Nosso programa de governo se baseia na promoção do bem de todas as pessoas, sem discriminação de origem, raça, gênero, orientação sexual, religião ou qualquer outra forma de preconceito, seguindo os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Defendemos a equidade, a justiça social e o respeito aos direitos individuais e coletivos.

A gestão será guiada pela integração das políticas afirmativas, com foco na democratização do poder e na defesa da dignidade humana. Fortalecer a participação das mulheres, da comunidade LGBTQIAPN+ e das diversas etnias, garantindo acesso aos serviços públicos. Também promover a inclusão da juventude, especialmente a negra, e assegurar os direitos das pessoas idosas e com deficiência, com atenção especial a serviços de proteção, educação, saúde, cultura e lazer.

A distribuição de equipamentos e serviços públicos levará em conta a desigualdade territorial, priorizando as áreas mais vulneráveis. Além disso, promoveremos uma cultura de paz e combateremos a violência, intolerância e discriminação.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres será recriada no primeiro ano e garantirá a inclusão da diversidade feminina em todas as políticas públicas, com um modelo de gestão participativa e transversal de gênero.



MULHERES

- 01** Promover a equidade de gênero e a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens em todas as dimensões da sociedade.
- 02** Como preconiza a Lei Maria da Penha, garantir a assistência integral às mulheres que sofrem de violência doméstica e sexual, aprimorando e consolidando a rede de serviços especializados de atendimento em parceria com outros poderes e órgãos públicos.
- 03** Investir na elevação da escolaridade e na formação profissional das mulheres, com destaque para mulheres negras e trans, garantindo igualdade de acesso aos programas de qualificação que não reproduzam o confinamento às profissões vistas como femininas.
- 04** Incentivar e buscar apoio para a autonomia econômica e o empreendedorismo feminino.
- 05** Assegurar o atendimento integral à saúde da mulher em todas as fases de sua vida, com garantia da qualidade dos serviços e respeito às usuárias da saúde pública em suas especificidades étnico-raciais e de diversidade sexual.
- 06** Fortalecer a participação política e cidadã das mulheres.
- 07** Criar a Secretaria de Políticas para Mulheres e garantir dotação orçamentária para políticas que visem à estruturação dos órgãos gestores, programas e serviços.

- 08** Zelar pela utilização da linguagem inclusiva em materiais públicos.
- 09** Articular as políticas de combate à violência contra a mulher em parceria com o Consórcio Intermunicipal.
- 10** Incentivar a participação de movimentos de mulheres, a exemplo da Frente Regional e das PLPs (Promotoras Legais Populares).
- 11** Promover ações descentralizadas do Vem Maria em áreas de mananciais e retomar o Projeto Gênero, Saúde e Meio Ambiente nessas regiões.
- 12** Investir na formação continuada de servidores e servidoras que estão no atendimento dos serviços de saúde (CAPS), assistência (CRAS, CREAS e Conselho Tutelar), segurança (GCM), entre outros, no enfrentamento da violência contra as mulheres e meninas, com atenção às condições das mulheres negras e trans.
- 13** Contribuir para o fortalecimento da integração das políticas públicas para a visibilidade, prevenção, proteção, responsabilização e atendimento adequado às mulheres vítimas de qualquer tipo de violência.
- 14** Fortalecer a articulação da rede de atendimento à violência contra a mulher visando à integração e à humanização dos atendimentos, como preconiza a Lei Maria da Penha.
- 15** Implementar e complementar o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres em consonância com o Plano Nacional.

- 16** Fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.
- 17** Apoiar iniciativas de Emprego Apoiado voltadas especialmente para mulheres trans e aquelas em situação de violência doméstica e sexual, em colaboração com associações especializadas, garantindo oportunidades de trabalho digno e reconstrução de suas vidas.
- 18** Tornar política pública a discussão de gênero e masculinidade já executada pelo Projeto E Agora José, de ação socioeducativa para os homens praticantes de abusos atinentes à violência doméstica contra a mulher.
- 19** Articular políticas e ações com a UFABC e outras instituições de ensino superior, visando promover cadeias produtivas, garantindo qualificação e acesso para mulheres e pessoas trans em oportunidades de economia criativa e inovação tecnológica.
- 20** Promover a valorização e o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres por meio da formação técnica, do fomento ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo, especialmente por meio do fortalecimento das redes de mulheres na economia solidária e pelo associativismo de crédito.
- 21** Assegurar o atendimento prioritário à demanda de habitação por meio de aluguel social ou HIS (Habitação de Interesse Social) para as mulheres vítimas de violência doméstica.
- 22** Articular e viabilizar um Plano Integrado de Cuidado de Atenção para mulheres em situação de rua e de violações de direitos.

- 23** Manter e fortalecer, inclusive financeiramente, o convênio com o programa Casa Abrigo Regional, do Consórcio Intermunicipal.
- 24** Ofertar cursos de formação sobre gênero e masculinidade nas diversas áreas da prefeitura para funcionários públicos e sociedade civil.
- 25** Ampliar a participação das mulheres nos postos de comando de secretarias e correlatos de primeiro escalão e visibilidade, nos diversos órgãos da máquina do governo, nas autarquias, subprefeitura e em cargos comissionados.
- 26** Intermediar a discussão sobre o funcionamento da Delegacia da Mulher para que opere 24 horas por dia, todos os dias da semana.
- 27** Assegurar que pelo menos 50% dos cargos de comando em secretarias, autarquias, subprefeituras e órgãos de primeiro escalão sejam ocupados por mulheres.
- 28** Criar a Casa da Mulher Andreense, um espaço para formação e qualificação profissional, reinserção de mulheres no mercado de trabalho, apoio às mulheres vítimas de violência e fortalecimento das ações das promotoras legais populares.

POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

- 01** Fortalecer a participação cidadã e política da comunidade LGBTQIAPN+ na cidade.
- 02** Garantir o pleno atendimento da população LGBTQIAPN+ nos serviços públicos municipais.
- 03** Articular com o Legislativo municipal a revogação dos projetos transfóbicos aprovados durante o último período pela Câmara de Vereadores e sancionados pelo prefeito.
- 04** Utilizar a linguagem neutra e inclusiva em materiais públicos.
- 05** Integrar as necessidades da população LGBTQIAPN+ como grupo prioritário em todas as secretarias.
- 06** Firmar parcerias com os governos federal e estadual e demais municípios, via Consórcio Intermunicipal, objetivando a redução do número de violências e assassinatos cometidos contra a população trans.
- 07** Promover ações para a garantia do atendimento humanizado à população LGBTQIAPN+ no serviço público municipal.
- 08** Publicizar as ações municipais de cultura, por meio escrito e digital, garantindo acesso ao segmento LGBTQIAPN+ para expressar com liberdade sua maneira de ser e agir.

- 09** Estudar a viabilidade da criação um Centro de Referência LGBTQIAPN+ que trabalhe de forma articulada com os outros serviços de combate às desigualdades.
- 10** Resgatar e retomar as discussões para a instituição do Conselho Municipal de Diversidade Sexual.
- 11** Estudar a viabilidade da criação de casas de acolhimento temporárias para pessoas LGBTQIAPN+ expulsas de seus lares.
- 12** Garantir o cumprimento do Decreto Municipal 16.530/2014, no âmbito das repartições públicas municipais.
- 13** Apresentar projeto de lei para a presença perene de cotas trans nos concursos públicos.
- 14** Criar um Centro de Referência LGBTQIAPN+ que trabalhe de forma articulada com outros serviços de combate às desigualdades, com uma equipe especializada em direito, serviço social e psicologia.
- 15** Ampliar o escopo do programa Emprego Apoiado para a população de rua e a população LGBTQIAPN+.

IGUALDADE RACIAL

- 01** Desenvolver a matricialidade na estrutura do governo para implementar a política de igualdade racial.
- 02** Criar as condições para a construção do Plano Municipal de Promoção de Política de Igualdade Racial.
- 03** Promover a participação popular e a transparência social do povo negro.
- 04** Implementar políticas públicas voltadas ao aumento da expectativa de vida da população negra.
- 05** Incentivar a participação da sociedade civil organizada e geral na construção de políticas públicas sobre o tema.
- 06** Criar ações de fortalecimento e empoderamento das populações indígenas e ciganas da nossa cidade.
- 07** Fortalecer as políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial, desenvolvendo ações transversais em conjunto com os setores envolvidos.
- 08** Fazer adesão ao Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial e ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
- 09** Implementar ações de fomento à cultura de povos originários, ciganos e da população negra.
- 10** Promover programas formativos voltados para funcionários públicos com a intenção de evitar abordagens racistas em serviços públicos.
- 11** Promover um estudo para criar a Secretaria da Questão Étnico-Racial.
- 12** Garantir atendimento às necessidades dos povos ciganos em trânsito.
- 13** Garantir o funcionamento do Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial.
- 14** Retomar o funcionamento do Centro de Referência da População Negra Januário de Camargo.
- 15** Ampliar a participação de pessoas negras nos postos de comando de secretarias e correlatos de primeiro escalão e visibilidade nos diversos órgãos da máquina do governo, nas autarquias, subprefeitura e em cargos comissionados.
- 16** Garantir formação para a Guarda Civil Municipal (GCM) contra o racismo direcionado à população negra.
- 17** Discutir junto ao Consórcio Intermunicipal a realização de um estudo sobre a violência contra a juventude negra nos sete municípios, visando construir uma política regional para o enfrentamento dessa situação.
- 18** Garantir, no sistema de saúde pública do município, o atendimento das necessidades específicas da população negra no momento da gestação, especialmente em relação à violência obstétrica.
- 19** Garantir a implementação da Lei POTMAS (Povos Tradicionais de Matrizes Africanas), que efetiva a preservação do patrimônio imaterial e material dessa população.
- 20** Fortalecer a participação das mulheres e homens negros nos vários espaços da cidade que permitem a construção de hortas comunitárias.
- 21** Incentivar atividades culturais das periferias, com projetos de casas de cultura que deverão promover educação social, cultural, respeito às diversidades e tolerância religiosa.
- 22** Consolidar o ensino da História dos Povos Originários, da História da África e da História Afro-Brasileira, valorizando suas culturas, saberes e vivências.
- 23** Proporcionar aos gestores formação continuada visando ao combate ao racismo e à preservação da cultura negra.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 01** Proporcionar às pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida as condições necessárias para participar de eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Santo André.
- 02** Investir no serviço descentralizado à população com deficiência, possibilitando que os atendimentos sejam mais acessíveis.
- 03** Mobilizar ações concretas que possibilitem o acesso pleno à pessoa com deficiência no transporte público municipal.
- 04** Fomentar uma política integrada e transversal de Emprego Apoiado às pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social, na qual ocorra o envolvimento de setores primordiais da administração, como: inclusão social, trabalho e renda, secretaria de políticas para pessoas com deficiência, economia solidária, desenvolvimento econômico, educação, saúde, políticas para mulheres, assessoria de políticas para a população LGBTQIAPN+ e direitos humanos em geral, bem como criar parceria com a Associação Brasileira de Emprego Apoiado (ABEA).
- 05** Fomentar as ações do Centro de Referência da Pessoa com Deficiência (CRPD), fortalecendo as políticas públicas já desenvolvidas por esse equipamento.
- 06** Manter e fortalecer a Secretaria da Pessoa com Deficiência, criada em 2019.

- 07** Tornar obrigatório o uso de rampas e corrimões móveis em eventos oficiais.
- 08** Inserir cláusulas contratuais na prestação de serviços de transporte público que garantam a formação continuada de motoristas e cobradores versando sobre as necessidades específicas das pessoas com deficiência, idosas ou com mobilidade reduzida.
- 09** Inserir no processo de formação contínua de servidores e servidoras municipais o tema da metodologia do Emprego Apoiado.
- 10** Promover cursos de formação para conscientizar funcionários públicos contra ações capacitistas.
- 11** Fortalecer as políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência, promovendo ações integradas com os setores relevantes na administração municipal.
- 12** Regulamentar e fiscalizar centros e instituições para autistas em Santo André, visando evitar abusos e negligências.
- 13** Criar o programa Reabilita, destinado a crianças com deficiências, garantindo a contratação de profissionais qualificados para oferecer o suporte necessário.
- 14** Assegurar transporte adaptado amplo e gratuito para estudantes da EJA/FIC com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

PESSOA IDOSA

- 01** Criar o Centro Dia do Idoso, oferecendo um espaço acolhedor e seguro para a convivência e cuidado, além de desenvolver ações e projetos que promovam o bem-estar, a saúde e a integração social da população idosa.
- 02** Investir nos serviços descentralizados às pessoas idosas, possibilitando que os atendimentos sejam mais acessíveis.
- 03** Mobilizar ações concretas que possibilitem o acesso pleno da pessoa idosa no transporte público municipal.
- 04** Fomentar as ações do Centro de Referência da Pessoa Idosa (CRISA), fortalecendo as políticas públicas já desenvolvidas por esse equipamento.
- 05** Promover e incentivar a discussão da aplicação da Lei Maria da Penha com enfoque na questão geracional.
- 06** Estruturar, garantir e executar as políticas públicas ligadas ao idoso imigrante (estrangeiro com residência permanente em nosso município) e refugiado/exilado.
- 07** Ampliar, efetivar e executar políticas públicas de prevenção de violência contra a pessoa idosa na cidade de Santo André de forma contínua.
- 08** Promover continuamente a divulgação do Estatuto do Idoso, de diretrizes, leis e decretos sobre os direitos da pessoa idosa nas redes sociais, mídias, serviços públicos e privados.

- 09** Fortalecer as políticas públicas voltadas para a pessoa idosa, desenvolvendo ações transversais em conjunto com os setores envolvidos nessa temática na administração pública municipal.
- 10** Ampliar os programas de inclusão digital dos idosos.
- 11** Disponibilizar cartilha atualizada com todos os serviços voltados para os idosos, servindo como um guia prático e educativo sobre as oportunidades e recursos que a cidade oferece para promover o bem-estar e a qualidade de vida dessa população.
- 12** Fomentar ações de convivência intergeracional.
- 13** Incentivar pesquisas para maior conhecimento sobre as formas de violência sofridas pelos idosos, visando propor políticas públicas.
- 14** Normatizar o funcionamento e a fiscalização da Vigilância Sanitária das Instituições de Longa Permanência (ILPIs), orientando sobre adequações das instalações físicas e dos recursos humanos.
- 15** Promover campanhas educativas sobre a violência contra a pessoa idosa.
- 16** Estudar a viabilidade de instalação de residências temporárias para acolhimento de idosos vítimas de violência familiar.
- 17** Criar o Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional para a pessoa idosa.

- 18** Fortalecer as políticas públicas voltadas para pessoas idosas, desenvolvendo ações conjuntas com os setores envolvidos.
- 19** Incentivar a criação de encontros semanais para idosos em espaços como CRAS/CRISA e bibliotecas descentralizadas, promovendo convivência social e lazer.
- 20** Realizar encontros semestrais para discutir as necessidades da população idosa, formando um eixo de cidade inclusiva, em que suas demandas sejam diretamente ouvidas na formulação de políticas públicas.
- 21** Criar novo CRAS e requalificar os existentes.
- 22** Integrar as políticas dirigidas à população idosa por meio da criação da Rede de Atenção da Pessoa Idosa, de forma a desenvolver ações de assistência, proteção e promoção de vida saudável e comunitária para esse público, atuando na prevenção e na proteção em caso de situações de violação de direitos e rompimento de vínculos familiares ou comunitários.
- 23** Criar um programa habitacional específico para a crescente população idosa, com projetos e condições de acesso adequados às suas necessidades.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

- 01** Garantir o tratamento humanizado às pessoas em situação de rua é fundamental. Elas não devem ser tratadas como menos humanas ou pessoas que devem ser expulsas da via pública.
- 02** Prover alimentação, residência e saúde é primordial para que essa população tenha condições de adquirir independência e garantias humanas de vida.
- 03** Tornar o espaço público receptivo é premente. Entende-se que instituir aparatos contra a permanência de pessoas em situação de rua na via pública é uma afronta aos direitos humanos da sociedade como um todo.
- 04** Promover estudos a fim de verificar a possibilidade de ampliar a oferta de abrigo para pessoas em situação de rua.
- 05** Viabilizar estudo que aponte a demanda real e potencial de moradia digna para pessoas em situação de rua, a ser implementada por programas habitacionais em consonância com a política nacional.
- 06** Ampliar vagas nas frentes de trabalho ou outras modalidades, como políticas de Emprego Apoiado, para a população em situação de rua.
- 07** Prover endereço fixo para facilitar a contratação de pessoas em situação de rua.

08 Criar canil no Centro Pop a fim de garantir maior adesão da população em situação de rua, bem como prestar serviço de castração e vacinação de seus animais.

09 Realizar estudo sobre a necessidade de criação do Conselho Municipal da População em Situação de Rua.

10 Cumprir as determinações da lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe a arquitetura hostil.

11 Garantir um percentual de moradias dignas para a população em situação de rua, em consonância com a Política Nacional de Habitação de Interesse Social.

INTER-RELIGIOSO

01 Incentivar e defender a autonomia do Fórum Inter-religioso, assegurando que sua coordenação seja sempre da sociedade civil.

02 Apoiar ações que respeitem a laicidade da sociedade andreense, promovendo espaço para toda a diversidade religiosa.

JUVENTUDE

01 Discutir com diversas secretarias a viabilidade de implantação do programa "Vai Juventude", vislumbrando possibilidades de financiamento direto de projetos que contemplem a juventude da cidade, incluindo iniciativas individuais e coletivas de jovens nas áreas de cultura, esporte, lazer, educação, entre outras.

02 Reestruturar o Conselho Municipal de Juventude de modo que a participação seja ainda mais ampla, plural e democrática.

03 Realizar divulgação sobre o Conselho Municipal da Juventude nas escolas no início do ano letivo.

04 Implementar e complementar, de forma participativa, o Plano Municipal de Juventude.

05 Criar e divulgar o Portal Digital da Juventude e potencializar o uso das redes sociais para aproximar as políticas públicas desse público.

06 Reestruturar o GT de Juventude no Consórcio Intermunicipal.

07 Implementar a política de Jovem Aprendiz na prefeitura.

08 Elaborar e apresentar projeto de lei para a criação do Parlamento Jovem no município.

09 Viabilizar estudos para ampliação e reestruturação de linhas de ônibus para funcionarem 24 horas por dia.

10 Revitalizar o Conselho Municipal de Transportes com representação da juventude para discutir amplamente as questões relacionadas ao tema.

11 Criar opções de transporte alternativo para pessoas com mobilidade reduzida ou baixa visão, não apenas para tratamentos, mas também para eventos públicos, como shows em parques, teatros e outros locais culturais.

12 Trocar a iluminação no trecho entre a Universidade Federal do ABC (UFABC) e a estação Celso Daniel para abranger o uso de iluminação branca.

13 Readequar a iluminação da passarela em frente à ETEC Júlio de Mesquita.

14 Incentivar a criação de clubes de leitura em escolas, CESAs e parques.

15 Garantir acervo de livros de literatura para as diferentes faixas etárias atendidas nas escolas e centros profissionalizantes municipais a fim de que a circulação de livros entre estudantes e seus familiares se faça presente no cotidiano.

16 Incentivar cursinhos populares em parceria com universidades locais.

17 Abrir as escolas fora dos dias letivos para atividades comunitárias.

18 Ampliar a disponibilidade e acessibilidade dos CESAs.

19 Promover a capacitação dos agentes públicos, especialmente guardas civis municipais, educadores e agentes de saúde, para o correto atendimento e encaminhamento de demandas relacionadas a violência física e moral oriundas de machismo, racismo, LGBTfobia, capacitismo, entre outras formas de discriminação contra a juventude.

20 Estudar a criação de políticas de renda para a juventude indígena, entendendo sua particular fragilidade em relação às outras populações do município.

21 Desenvolver políticas públicas de participação LGBTQIAPN+ no esporte, em conjunto com a administração de parques e o Sesc.

22 Estudar a viabilidade de implantação de um centro de acolhimento LGBTQIAPN+ para pessoas expulsas de casa, que não possuem apoio financeiro.

23 Incentivar a aplicação da lei POTMAS (Povos Tradicionais de Matrizes Africanas) em repartições de educação, procurando celebrar a cultura africana e sua influência na formação de alunos.

24 Expor, de forma permanente, artefatos e personalidades históricas ligadas aos POTMAS do município no Museu Municipal, Casa do Olhar e Casa da Palavra.

25 Incentivar projetos culturais e de lazer propostos pela juventude negra.

26 Criar política de fomento aos coletivos e centros culturais da cidade, principalmente em áreas periféricas (Casas de Cultura).

27 Incentivar competições desportivas municipais e distritais, para que tenham participações classificatórias mais amplas para a juventude.

28 Fomentar, com regularidade, a presença de eventos em parques públicos afastados do centro.

29 Viabilizar um estudo para que ocorram eventos semanais em vias públicas da cidade, com rotatividade semanal, incentivando a descentralização cultural da cidade.

30 Incentivar a participação das juventudes da cidade em políticas públicas de conservação ambiental.

31 Criar políticas de incentivo econômico ao empreendedorismo independente, especialmente para os jovens considerados em situação de subemprego, procurando realizar sua regularização e promover segurança social.

32 Criar uma política de emprego, com fornecimento de cursos, conexão entre empresas e estudantes e divulgação regular de vagas de Jovem Aprendiz, estágio e emprego formal em plataforma própria da prefeitura com ampla divulgação no município.

33 Incentivar cursinhos pré-vestibulares populares.

34 Criar uma incubadora de cooperativas para jovens estudantes.

35 Criar o Centro de Referência da Juventude visando à promoção de espaços que garantam a integração de diversas áreas, como a educação, o esporte, as culturas, o programa Jovem Aprendiz, a capacitação intelectual e profissional.





ASSISTÊNCIA



SOCIAL





A Política de Assistência Social, articulada com outras políticas setoriais, é essencial para promover a inclusão social, combatendo desigualdades e garantindo oportunidades iguais para todos. Instituída como direito na Constituição de 1988 e consolidada em 1993 pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a política se fortaleceu com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2003, durante o governo Lula.

O SUAS reflete o compromisso de priorizar ações voltadas aos mais vulneráveis, garantindo acesso a direitos sociais. Em Santo André, gestões petistas implementaram 8 CRAS, 2 CREAS e serviços como o Vem Maria e o Centro de Igualdade Racial, organizando a rede socioassistencial para atender crianças, adolescentes, idosos e promover a cidadania.



01 Ampliar o orçamento da Política de Assistência Social para 2%, com estudo para aumentar gradualmente até 5%, formalizando essa meta em lei municipal, visando fortalecer o atendimento aos mais vulneráveis e promover inclusão social.

02 Desenvolver ações que favoreçam a inclusão e emancipação social da população mais vulnerável, por meio da articulação de políticas públicas, visando ao acesso e à permanência no mercado de trabalho e/ou a projetos de geração de renda e economia solidária, bem como ampliando o escopo do programa Emprego Apoiado para a população de rua e a população LGBTQIAPN+.

03 Retomar o conceito de Centro de Referência do Idoso de Santo André (CRISA) e do Centro de Referência da Pessoa com Deficiência (CRPD), por meio da descentralização de suas ações para o conjunto da cidade.

04 Fortalecer a articulação e a atuação intersecretarial da Rede Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente, adotando o especial desafio de diminuir o abrigamento institucional e promover a convivência familiar, com foco nos grupos mais vulneráveis.

05 Potencializar a atuação intersecretarial no enfrentamento ao trabalho infantil, com foco na identificação das situações, na viabilização de ações de geração de trabalho e renda para as famílias, bem como na inserção de adolescentes de 14 a 17 anos em programas de formação profissional com apoio financeiro à iniciação da prática profissional.

06 Criar a Rede de Atenção da Pessoa Idosa, envolvendo a atuação de intersecretarias para desenvolver ações de assistência, prevenção, proteção e promoção de vida saudável e comunitária para esse público.

07 Trabalhar de forma matricial com a Secretaria de Habitação desenvolvendo a moradia assistida para população idosa vulnerável, sem vínculos familiares, porém com autonomia.

08 Qualificar cada vez mais a oferta dos serviços de assistência social, aprimorando a estrutura administrativa e técnica da secretaria competente de acordo com as normativas, garantindo equipe mínima contratada por meio de concurso público.





DESENVOLVIMENTO



ECONÔMICO



Consideramos que a cidade de Santo André precisa redescobrir sua vocação econômica, perdida parcialmente com a mudança de um município predominantemente industrial, que foi até meados dos anos de 1980, e sua passagem para uma economia multifacetada, com predominância do setor de serviços, comércio e, em grande parte, cidade-dormitório. Essa tendência precisa ser analisada e revista, posto que, atualmente, segundo dados do IBGE, a indústria responde por 20% do PIB municipal, portanto, ainda é bastante presente na cidade e precisa ser fortalecida.

Considerando que é preciso aproveitar melhor o potencial das instituições de ensino presentes na cidade, o que potencializa a ideia de que é necessária a implementação de um polo tecnológico que dialogue com essas instituições de ensino e com as empresas de toda a região do Grande ABC, sediado em Santo André, devido à centralidade da cidade na região, apresentamos as seguintes propostas:



- 01** Implantar uma política de desenvolvimento econômico que considere duas grandes áreas de atuação, a saber:
- 1.1.** Atuar em conjunto com a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, que tem sede na cidade, visando ao fortalecimento das empresas de todos os segmentos de atuação sediadas em Santo André, identificando possíveis problemas a serem sanados, para que permaneçam na cidade.
 - 1.2.** Criar uma área de atuação voltada para a elaboração de condições para a atração de novos investimentos na cidade, potencializando os setores econômicos em desenvolvimento.
 - 1.3.** Promover o desenvolvimento econômico com geração de emprego, trabalho e renda por meio do fortalecimento da economia solidária.
- 02** Incentivar o desenvolvimento de novas formas de trabalho em consonância com o atual estágio do desenvolvimento tecnológico, atraindo empresas prestadoras de serviços altamente tecnológicos para a cidade, como indústrias de equipamentos hospitalares, empresas de tecnologia da informação, entre outras.
- 03** Reelaborar os procedimentos de abertura de empresas, eliminando entraves e agilizando o processo, disponibilizando orientações para novos empreendedores em fase de formalização dos empreendimentos na cidade.
- 04** Potencializar o uso dos ativos disponíveis, como a rede de instituições de ensino superior, escolas técnicas de nível médio e tecnológico de nível superior e pós-graduação, por meio da participação no polo tecnológico com sede em Santo André. O polo tecnológico contaria com uma incubadora de startups, centrais de coworking, centro de negócios e espaço para formação.

- 05** Fortalecer a política de trabalho e economia popular e solidária como alternativa para a população que vive na vulnerabilidade, fortalecendo a Incubadora Pública de Economia Solidária, integrando-a com outros serviços municipais que podem contribuir para a melhoria das condições de vida da população vulnerável.
- 06** Criar um programa de intermediação de mão de obra digital a ser incorporado ao Centro Público de Trabalho, Emprego e Renda.
- 07** Criar um programa para facilitar a formalização das atividades dos trabalhadores informais para que tenham melhores possibilidades de geração de trabalho e renda, por meio de um Programa de Formação para Micro e Pequenos Empreendedores Populares.
- 08** Elaborar, em conjunto com a Secretaria de Educação, um plano municipal de educação profissional integrado com a política de desenvolvimento econômico, principalmente no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) Profissionalizante.
- 09** Trabalhar com o potencial turístico da cidade, principalmente nas áreas de mananciais, visando à geração de trabalho e renda a partir das atrações turísticas e da economia criativa e solidária, potencializando ações nas regiões de Paranapiacaba e Parque Andreense, bem como nos demais parques da cidade, utilizando a programação cultural para a geração de trabalho e renda, no âmbito da Economia Solidária e Economia Criativa.



DESENVOLVIMENTO



URBANO, HABITAÇÃO



E MOBILIDADE

As políticas urbanas, habitacionais e de mobilidade do governo Bete Siraque vão garantir o Direito à Cidade, priorizando moradia digna, saneamento básico, transporte acessível, espaços públicos e serviços de saúde, educação, lazer e cultura próximos das pessoas. O foco será reduzir desigualdades socioespaciais, combatendo a especulação imobiliária e promovendo um modelo de cidade com novos centros urbanos e oportunidades para todos.

As políticas públicas serão adaptadas às mudanças climáticas e inovações tecnológicas, com maior participação popular no planejamento. Haverá prioridade para transporte coletivo, segurança no trânsito, acessibilidade e sustentabilidade. No nosso governo também vai buscar financiamento federal e estadual para urbanização e habitação, além de parcerias com instituições de ensino para otimizar recursos. A gestão atuará fortemente contra as mudanças climáticas, incentivando o transporte limpo e priorizando o uso racional do solo.

Santo André revela os desafios urbanos agravados desde 2016, especialmente para as populações mais vulneráveis. A especulação imobiliária e a segregação socioespacial aumentaram, enquanto a cidade se mostrou despreparada para enfrentar as mudanças climáticas, como desmatamento e ocupação irregular do solo, impactando negativamente as áreas mais carentes. A eleição de Lula em 2022 trouxe a possibilidade de reverter esse cenário com a retomada de programas habitacionais e urbanos, mas ainda há muito a ser feito.

O crescimento populacional desordenado, com novos empreendimentos para classes média e alta, transformou Santo André numa “cidade-dormitório” sem planejamento para os impactos na infraestrutura urbana, saúde, educação e trânsito. A administração anterior incentivou essa especulação, vendendo áreas públicas e ignorando a necessidade de criar novas centralidades urbanas ou desenvolver bairros de maneira equitativa.

O governo também falhou na mobilidade urbana, com a estagnação do transporte coletivo, o abandono das ciclovias e a falta de investimento em corredores de ônibus e veículos menos poluentes. A ausência de um planejamento de mobilidade adequado agravou os congestionamentos e reduziu a qualidade de vida na cidade. É urgente adotar políticas que priorizem o desenvolvimento urbano sustentável, a moradia acessível e o transporte público eficiente, além de combater as mudanças climáticas de forma integrada e participativa.



- 01** Aperfeiçoar o Plano Diretor da cidade, garantindo amplo processo participativo em todas as etapas.
- 02** Regular o processo de verticalização da cidade, não sobrecarregando a infraestrutura, freando a supervalorização dos terrenos e a especulação imobiliária, destinando mais terras mais bem localizadas na cidade para Habitação de Interesse Social (HIS) e aplicando os instrumentos para fazer cumprir a função social da propriedade.
- 03** Retomar o Projeto Eixo Tamanduatehy, destinando áreas para uso industrial de alta tecnologia e alto valor agregado e outros usos (comércio, serviços e habitacional popular), compatibilizando desenvolvimento econômico com oferta de moradias próximas aos eixos de transporte metropolitano e revitalizando regiões abandonadas.
- 04** Rever o zoneamento em Áreas de Proteção aos Mananciais para permitir o uso econômico da área apenas com atividades que não impactem o meio ambiente.
- 05** Elaborar os Planos Diretores Regionais de forma complementar ao Plano Diretor, com amplo processo participativo dos moradores das regiões, por meio dos Núcleos de Planejamento de Bairro a serem criados.
- 06** Estimular a economia dos bairros por meio de ações de revitalização dos centros de bairros, buscando a melhoria de acessos, ampliação de oferta de trabalho e empregos locais, por meio da criação do Programa Meu Bairro, Meu Centro, articulado aos Planos Diretores Regionais.

- 07** Implementar projetos e intervenções de manutenção e recuperação do patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico do município, principalmente na região central, incluindo a recuperação de prédios e fachadas dos quarteirões mais antigos, mobilidade e acessibilidade urbana, fruição e ambiência agradável, buscando financiamentos e parcerias que permitam sua viabilização financeira.
- 08** Promover estudos da viabilidade de revitalização do eixo das Avenidas Perimetral/Santos Dumont, que tem problemas de acesso, estacionamento e outros, a fim de devolver vigor econômico aos estabelecimentos ali localizados.
- 09** Realizar estudos para verificar a possibilidade de reestruturação urbana no entorno da Terminal Intermodal Pirelli a partir da retomada do seu funcionamento, visando criar centralidade na região.
- 10** Avaliar a gestão das áreas públicas municipais por meio de possível questionamento legal da venda de áreas públicas, da elaboração de Plano de Gestão e Ampliação das áreas públicas municipais, da aquisição de terras com utilização dos recursos no Fundo de Desenvolvimento Urbano.
- 11** Aprimorar os Estudos de Impacto de Vizinhança e de Diretrizes para grandes empreendimentos, a começar pela articulação com as demandas dos Planos Diretores Regionais.
- 12** Desenvolver estudos geológicos e hidrogeológicos sobre os subterrâneos, em particular, sobre os impactos de obras de escavação de subsolos com rebaixamento de lençol freático, criando regulamentação para essas obras.

- 13** Realizar Conferências Municipais de Política Urbana periódicas para discutir e deliberar sobre a política urbana.
- 14** Buscar articulação permanente com universidades e instituições de ensino para contribuir com estudos e soluções para os problemas urbanos, habitacionais e de mobilidade da cidade.
- 15** Elaborar, de forma participativa, os Planos para a Região de Mananciais e Paranapiacaba, prevendo: a qualificação ambientalmente sustentável das áreas habitadas consolidadas (Parque Miami, Jardim Riviera, Recreio da Borda do Campo, Parque Represa Billings, Jardim Clube de Campo); a gestão popular das Unidades de Conservação (como a do Pedroso); a regularização urbanística e fundiária de assentamentos existentes (por ex., Núcleo Pintassilgo); a viabilização da agroecologia e da agricultura urbana sustentável; a preservação das áreas não habitadas; a definição de Paranapiacaba e região como patrimônio histórico, natural, polo de turismo sustentável, mas também local de moradia e vivência de população que demanda serviços públicos.
- 16** Regulamentar o ecoturismo na região do Caminho do Sal, das trilhas das Cachoeiras da Fumaça, Escondida, Lago de Cristal, Garganta do Diabo (próximas à SP-122, em Paranapiacaba) e via da Conserva do Sistema Funicular, com controle de acesso, segurança e infraestrutura mínima, priorizando a comunidade local na implementação e operação e transformando a região em destino de ecoturismo responsável e sustentável.
- 17** Propor, junto ao Consórcio Intermunicipal do ABC, a retomada da articulação regional das políticas urbanas das cidades da região rumo a um Plano Diretor Regional.

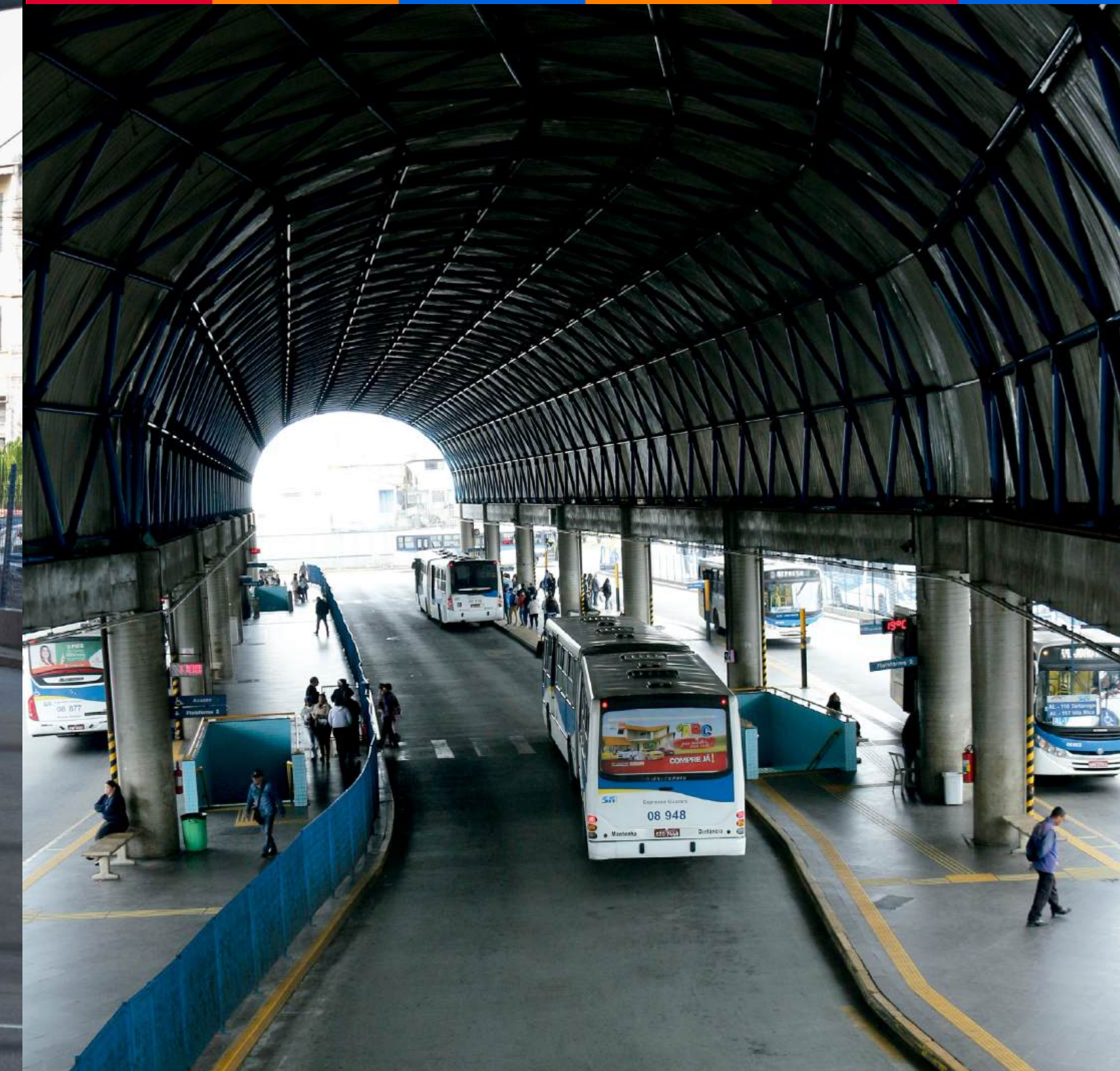
18 Revisar o zoneamento em áreas de mananciais para evitar atividades impactantes ao meio ambiente, como o Centro Logístico em Campo Grande.

19 Revitalizar as vias de acesso dos principais corredores dos centros comerciais.

20 Ampliar as áreas públicas municipais, destinando-as para equipamentos urbanos, questionando legalmente a venda de áreas públicas promovida pelo atual governo e utilizando recursos disponíveis no Fundo de Desenvolvimento Urbano para aquisição de terras.

21 Criar o Parque Ecológico do Pedroso em parceria público-privada.

22 Articular-se com universidades e instituições de ensino para realizar estudos e soluções para os problemas urbanos, habitacionais e de mobilidade da cidade.





HABITAÇÃO



- 01** Retomar e aperfeiçoar os programas públicos habitacionais dos governos federal e estadual e sua implementação na cidade, aproveitando as possibilidades abertas com a retomada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), do Governo Federal.
- 02** Propor a alteração da lei que define Habitação de Interesse Social (HIS) para que seja destinada a famílias com renda de até 3 salários mínimos, e, secundariamente, à população com faixa de renda entre 3 e 6 salários mínimos.
- 03** Reconstruir o Programa de Produção Habitacional para atender ao déficit de moradias na cidade, elaborando projetos e contratando obras de novos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social solicitando recursos junto aos governos federal (Programa Minha Casa, Minha Vida) e estadual, e de receitas orçamentárias advindas da Outorga Onerosa do Direito de Construir.
- 04** Elaborar projetos de reciclagem de imóveis construídos vazios ou subutilizados para HIS, ou estímulo a essa elaboração.
- 05** Implementar diretrizes urbanas na produção habitacional visando principalmente construir em áreas mais bem dotadas de infraestrutura, viabilizar habitações em áreas centrais, evitar o crescimento populacional na área de mananciais, priorizar o uso de terrenos menores e em maior quantidade, em vez de glebas maiores, para otimizar o uso da terra, diminuir custos e impactos urbanos.
- 06** Ampliar o público-alvo do Programa de Locação Social, destinado a públicos, como: idosos e idosas, solteiros e casais sem filhos, mulheres vítimas de violência, residência estudantil, LGBTQIAPN+.
- 07** Incentivar a autogestão como instrumento de controle realizado pela população dos empreendimentos habitacionais e de redução dos custos de produção.
- 08** Recuperar o Programa de Urbanização Integral de Favelas e assentamentos precários, acelerando e qualificando os projetos e obras e a gestão conjunta com a população, atuando de forma articulada com as demais secretarias, nos moldes do Programa Santo André Mais Igual.
- 09** Solicitar recursos do Programa Periferia Viva, integrante do Novo PAC do Governo Federal, para urbanização de favelas, complementados com recursos próprios, se for preciso, do governo estadual e recursos internacionais.
- 10** Articular esse programa com outros programas sociais, de geração de emprego e renda, assistência social, cultura, esportes e lazer, educação e saúde, agroecologia.
- 11** Desenvolver projetos para a urbanização e regularização das ocupações passíveis de consolidação na área de mananciais, promovendo o equilíbrio entre proteção e ocupação.
- 12** Implementar ações de requalificação habitacional em áreas já urbanizadas que passaram por processos de superadensamento habitacional, por meio da recuperação de moradias insalubres, inseguras ou congestionadas, e financiamento da adequação aos parâmetros dos Planos de Urbanização e regularização aprovados para as áreas.
- 13** Acelerar e aperfeiçoar o Programa de Regularização Fundiária.
- 14** Criar o Programa de Assistência Técnica à Habitação Popular, em parceria com universidades e conselhos profissionais da região, para serviços de apoio técnico à autoconstrução, voltados para construção, reforma e ampliação de moradias.
- 15** Realizar Conferências Municipais de Habitação para deliberar sobre os programas, ações e metas da política habitacional.
- 16** Disponibilizar no site da prefeitura na internet informações referentes à habitação na cidade: programas, ações e obras em andamento, Sistema Municipal de Informações Habitacionais, Plano Municipal de Habitação.
- 17** Rever o Plano Municipal de Habitação, de forma amplamente participativa.

18 Destinar a produção habitacional tanto para moradores de baixa renda que pagam aluguel ou dividem habitações com outras famílias quanto para moradores removidos de áreas de risco ou por desadensamento em áreas em urbanização.

19 Adquirir terras e imóveis para produção habitacional utilizando instrumentos como doação em pagamento de dívidas, combinados ou não com a aplicação do IPTU progressivo e estratégias junto às associações populares de produção de moradias.

20 Criar o Programa de Locação Social para atender idosos, solteiros, casais sem filhos, mulheres vítimas de violência e estudantes, entre outros.

21 Assegurar qualidade e diversidade arquitetônica e urbanística nos projetos, com áreas verdes, de convivência e lazer, acessibilidade para pessoas com deficiência, sistemas de uso racional da água e de energia solar, reciclagem de resíduos, humanizando e melhorando os conjuntos habitacionais.

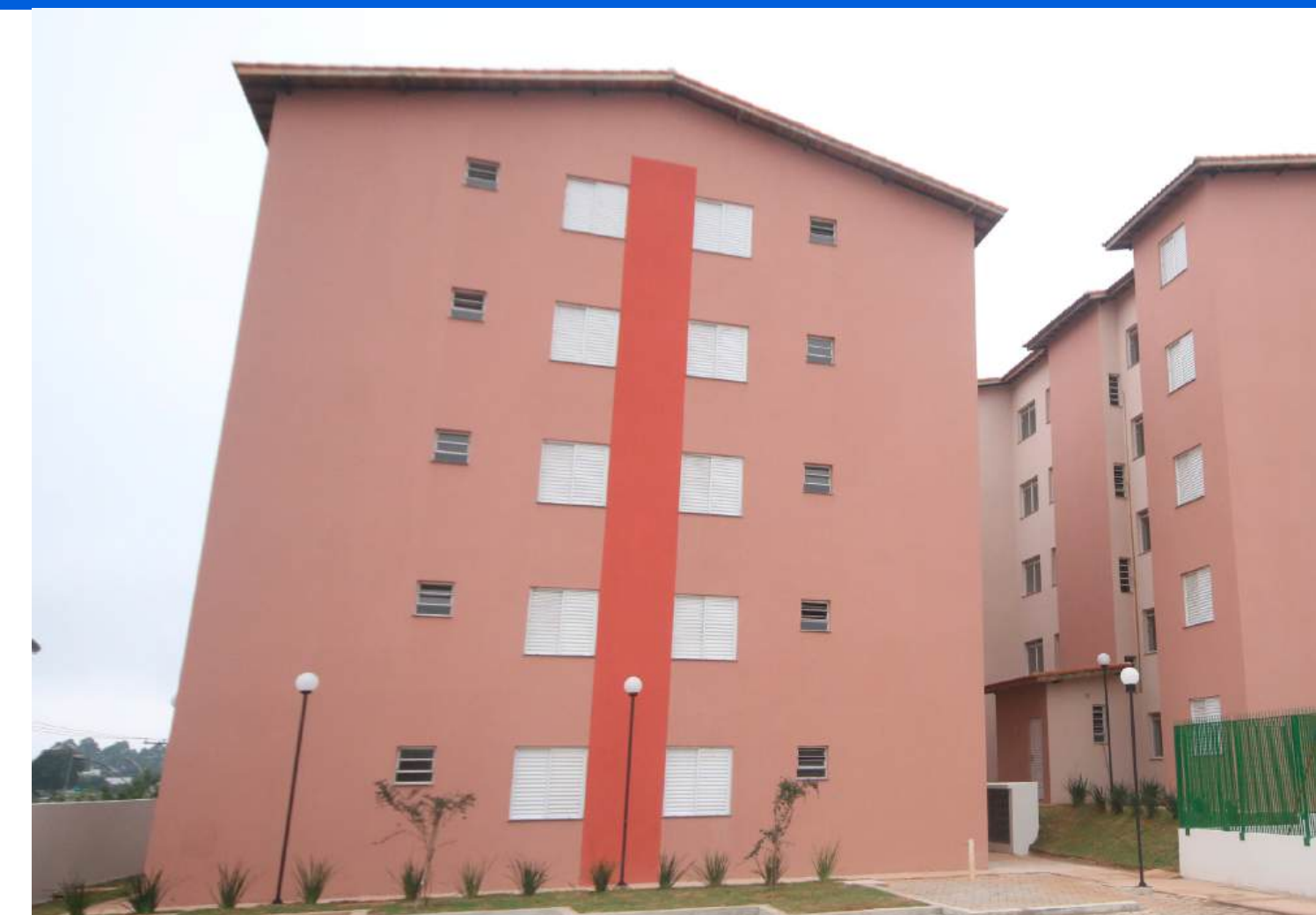
22 Definir a ordem de atendimento das áreas no Fórum de Urbanização, com a participação dos moradores, articulado com o Conselho Municipal de Habitação. Garantir a participação dos moradores em todas as etapas do processo de urbanização, desde o diagnóstico até o acompanhamento das obras.

23 Garantir previamente a destinação das famílias para uma nova habitação definitiva quando for necessária a remoção, minimizando a necessidade de auxílio aluguel.

24 Priorizar a contratação de moradores das favelas que estejam desempregados para trabalhar nas obras de urbanização, respeitando as possibilidades legais.

25 Qualificar os projetos de urbanização, resolvendo problemas de acessibilidade, coleta de resíduos, previsão de áreas verdes e de convívio, e evitando interferências e riscos com redes de energia elétrica e outros.

26 Implementar ações de requalificação habitacional em áreas já urbanizadas, recuperando moradias insalubres, inseguras ou congestionadas, adequando-as aos parâmetros dos Planos de Urbanização e Regularização aprovados para as áreas.



MOBILIDADE



URBANA



- 01** Viabilizar a Tarifa Zero no transporte coletivo municipal, com fontes de financiamento em vários níveis de governo, de forma gradual:
- Fase 1:** Para toda a população aos fins de semana (sábados, domingos e feriados).
Fase 2: Para estudantes de todos os níveis e modalidades educacionais.
Fase 3: Para os habitantes do município incluídos no CadÚnico.
Fase 4: Para toda a cidade.
- 02** Rever o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de forma participativa, adequando-o aos Planos Nacional e Regional de Mobilidade Urbana e às mudanças no Plano Diretor.
- 03** Reorganizar as atuais linhas de ônibus para atender a novas demandas.
- 04** Atrelar aos contratos os padrões de qualidade a serem alcançados no transporte coletivo, tais como ar-condicionado, acessibilidade, diminuição do tempo de espera e qualidade.
- 05** Implantar sistema de videomonitoramento com botão de pânico em pontos de ônibus, garantindo segurança dos abrigos.
- 06** Promover discussões para viabilizar a construção de novos corredores para ônibus.
- 07** Criar o Plano de Ciclovias Integrado com os demais meios de transporte, conectadas às estações da CPTM e aos terminais de ônibus, com a instalação de bicicletários.
- Rever os atuais contratos com as empresas de ônibus concessionárias para averiguar cláusulas que eventualmente sejam prejudiciais à municipalidade e aos usuários, e estabelecer prazos para substituição da frota por veículos elétricos ou híbridos.
- 09** Reestruturar e reforçar o trabalho de fiscalização do transporte coletivo.
- 10** Recuperar a capacidade de gestão da prefeitura sobre a política de mobilidade.
- 11** Desenvolver ações para garantir a acessibilidade em toda a infraestrutura urbana (calçadas, pontos de ônibus, rotas acessíveis).
- 12** Implementar tecnologias inteligentes no sistema de transportes, como aplicativos de mobilidade, sistema de pagamento digital, painéis informativos em tempo real.
- 13** Implementar obras e ações para aumentar a segurança no trânsito, tais como faixas de pedestres elevadas, ciclovias segregadas e zonas de velocidade reduzida.
- 14** Realizar manutenção do sistema viário dentro dos núcleos habitacionais (vias, vielas e escadarias).
- 15** Realizar estudo de viabilidade de obras viárias, melhorando a conexão das Avenidas Valentim Magalhães e Luiz Ignácio de Anhaia Mello à Avenida Papa João XXIII em Mauá e ao Rodoanel Mário Covas.
- 16** Realizar parceria com a CPTM com vistas a melhorar as condições de mobilidade da população de Paranapiacaba e região, e integração não tarifada CPTM-ônibus.
- 17** Criar o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, com composição paritária, como órgão deliberativo e fiscalizador, com competência para realizar conferências periódicas do setor.
- 18** Reorganizar as atuais linhas de ônibus para atender a novas demandas (como a ligação entre a região de Vila Luzita e o Hospital da Mulher).
- 19** Criar o Programa de Humanização do Transporte Coletivo.
- 20** Viabilizar, junto com o Governo do Estado, o futuro Terminal Intermodal Pirelli, ligando a linha da CPTM à futura linha de metrô (ou VLT) conectada a São Bernardo e ao aeroporto de Guarulhos.
- 21** Criação de bolsões públicos de estacionamento junto aos terminais de transporte coletivo (CPTM, futuras estações de metrô e VLT, terminais de ônibus).
- 22** Instalar dispositivos de vídeo nos ônibus municipais para divulgar informações de interesse da população, como orientações sobre trajetos, pontos próximos, entre outros.

ADMINISTRAÇÃO



PÚBLICA



- 01** Realizar uma auditoria para entender a origem e os detalhes da dívida municipal, com o objetivo de proteger as finanças da cidade e garantir mais recursos para investimentos que beneficiem a população.
- 02** Reestruturar o sistema de arrecadação para combater a evasão fiscal e garantir que grandes devedores, como no caso do IPTU e ISS, paguem o que devem. Também será implementado um plano anual de fiscalização.
- 03** Trabalhar para reverter a entrega do Semasa para a Sabesp e impedir as privatizações do Serviço Funerário e da Craisa, preservando o controle público sobre esses serviços essenciais.
- 04** Fazer um estudo detalhado sobre os contratos de terceirização e criar um cronograma para substituir trabalhadores terceirizados por servidores públicos, mantendo a terceirização apenas quando for comprovadamente vantajosa.
- 05** Realizar concursos para repor servidores que se aposentaram ou saíram, atender novas demandas e substituir terceirizados por funcionários concursados, garantindo um serviço público mais forte e eficiente.
- 06** Propor uma emenda à Lei Orgânica para estabelecer 1º de abril como a data-base anual dos servidores, garantindo negociação coletiva com o sindicato e uma política salarial que, no mínimo, reponha a inflação.

- 07** Revisar a Reforma de 2021 para restaurar direitos e garantir a sustentabilidade financeira do Instituto de Previdência, ampliando a base arrecadatória e implementando uma gestão compartilhada com os servidores. Um novo Plano de Cargos e Salários também será criado para oferecer oportunidades de crescimento.
- 08** Criar cargos que permitam a contratação de profissionais de diversas áreas de especialidade, especialmente aqueles que surgiram com o avanço tecnológico, como na área de planejamento urbano.
- 09** Estabelecer canais de denúncia seguros para combater práticas de corrupção, assédio moral e sexual, racismo e discriminação, garantindo proteção aos denunciantes e uma investigação rigorosa de cada caso.
- 10** Promover concursos internos para cargos de gerência, garantindo mérito e transparência. Além disso, serão asseguradas condições de trabalho adequadas, com equipamentos de proteção e um ambiente seguro para todos os servidores.
- 11** Reconstruir a Escola de Formação em Administração Pública (EFAP), para garantir que os servidores tenham acesso contínuo a capacitação e aperfeiçoamento, promovendo uma profissionalização cidadã. A gestão da EFAP contará com representantes eleitos pelos próprios servidores.
- 12** Estabelecer parcerias com universidades e outros municípios para desenvolver novas metodologias e práticas de gestão pública, além de criar um Centro Público de Documentação sobre Políticas Públicas.

- 13** Garantir transparência em todos os processos e serviços públicos, facilitando o acesso à informação e promovendo uma comunicação aberta com a população. Será estudada a criação de uma nuvem de dados própria para garantir a soberania dos dados municipais e serão estabelecidos critérios claros para o uso de inteligência artificial.
- 15** Redefinir o conceito de “cidade inteligente” para incluir o desenvolvimento tecnológico aliado à sustentabilidade. Vamos modernizar a administração pública, oferecer serviços digitais acessíveis e descentralizar o atendimento, facilitando a vida da população.

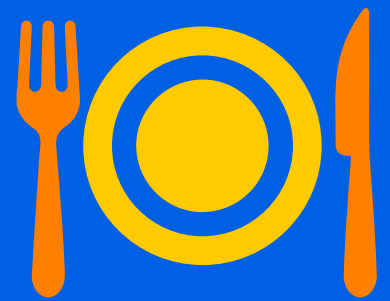




SEGURANÇA ALIMENTAR

E ABASTECIMENTO





Agroecologia Urbana e Sistemas Alimentares para Santo André



As cidades são organismos vivos, em constante transformação, onde concreto e natureza se encontram e, muitas vezes, se afastam. Em Santo André, como em tantas outras regiões urbanas, essa desconexão com a natureza também afasta as pessoas da origem de seus alimentos. O que antes era cotidiano, como plantar, colher e sentir a terra, hoje está distante para muitos moradores, especialmente para as novas gerações que crescem vendo o alimento surgir nas prateleiras de supermercados.

Com esse distanciamento, também se perde a valorização do trabalho das famílias agricultoras e da agricultura urbana e periurbana, fundamentais para garantir uma alimentação saudável e próxima. Sem essa conexão, a cidade se torna mais vulnerável ao consumo de produtos ultraprocessados e à dependência de grandes distribuidoras, enquanto a fome e a insegurança alimentar seguem como realidades alarmantes.

A agroecologia urbana surge como um caminho para reconectar Santo André com suas raízes e transformar essa realidade. Mais do que plantar hortas comunitárias ou familiares, trata-se de um movimento que une o cultivo de alimentos saudáveis, a proteção do meio ambiente e a promoção da inclusão social. Ao incentivar a produção local, a agroecologia aproxima as pessoas do ciclo natural dos alimentos, reduz o desperdício, protege o solo e a água, e combate a fome com alimentos frescos e nutritivos.

Por meio de sistemas alimentares circulares, Santo André pode também repensar o ciclo dos alimentos, desde a produção até o consumo, focando em práticas sustentáveis que minimizem o desperdício e incentivem a compostagem, o reaproveitamento e o consumo consciente. Iniciativas como hortas escolares, feiras de produtos agroecológicos, cozinhas comunitárias e a valorização da agricultura familiar podem garantir

Desafios

não apenas uma alimentação mais saudável, mas também oportunidades de renda e inclusão para as populações mais vulneráveis.

Várias cidades no Brasil já são exemplos de como a agroecologia pode transformar comunidades. Curitiba, com suas hortas e fazendas urbanas; Recife, com suas feiras agroecológicas e políticas de incentivo à produção urbana; e Belo Horizonte, com o apoio a unidades produtivas comunitárias, mostram como é possível transformar espaços ociosos em áreas produtivas e inclusivas. Santo André tem o potencial de se unir a esse movimento, tornando-se uma referência em sustentabilidade, segurança alimentar e respeito à natureza.

Ao adotar a agroecologia urbana como uma política pública, Santo André pode reverter a exclusão alimentar, promover uma cidade mais verde e saudável, e garantir que o acesso à alimentação seja um direito de todos, não um privilégio.

Desafios e Possibilidades para Agroecologia Urbana e Sistemas Alimentares em Santo André. A agroecologia urbana e os sistemas alimentares circulares são soluções promissoras para enfrentar a fome e a insegurança alimentar em Santo André, mas há barreiras significativas a serem superadas:

- Falta de políticas públicas e apoio institucional: A gestão de recursos e investimentos na Craisa é limitada, dificultando a implementação dessas práticas em larga escala.
- Pouca articulação entre setores: A falta de colaboração entre governo, organizações sociais e universidades impede ações conjuntas e eficazes.
- Acesso limitado a tecnologias: Falta de investimento em tecnologias agrícolas modernas dificulta a produtividade, além de desestimular a participação dos jovens.
- Dificuldades no acesso à terra e água: A privatização do Semasa e a falta de espaços para cultivo urbano complicam o acesso a esses recursos.

- **Desafios técnicos e logísticos:** A Craisa carece de infraestrutura para apoiar a produção agroecológica e não oferece assistência técnica necessária.

- **Falta de conscientização:** A população ainda desconhece os benefícios da agroecologia urbana, e há carência de programas de educação alimentar.

Apesar desses desafios, há sinais de avanço:

- **Crescente interesse social:** A demanda por alimentos nutritivos e sustentáveis está aumentando, e a sociedade está se mobilizando para práticas mais ecológicas.

- **Novas tecnologias:** Avanços na compostagem e produção urbana de alimentos tornam a agroecologia mais acessível e produtiva.

- **Fortalecimento das políticas públicas:** Políticas de segurança alimentar e a inclusão da agroecologia urbana no planejamento urbano estão se consolidando.

- **Acesso aos mercados e crédito:** Programas como o PNAE e o Alimenta Brasil oferecem oportunidades para a comercialização de produtos agroecológicos.

Santo André, como um organismo vivo em constante transformação, precisa integrar a agroecologia urbana em seu desenvolvimento. É urgente que o município adote políticas que promovam a produção local de alimentos e garantam justiça social e sustentabilidade. A agroecologia urbana pode transformar a cidade, criando um ambiente de solidariedade, inclusão e resiliência, onde todos têm acesso a alimentos saudáveis.

A agroecologia vai além do cultivo: ela empodera comunidades, promove o meio ambiente e constrói um futuro mais verde. O fortalecimento do mercado local (Craisa), hortas comunitárias, cozinhas solidárias e cadeias alimentares são passos fundamentais para garantir o acesso a alimentos nutritivos e transformar Santo André em um modelo de segurança alimentar e sustentabilidade.

A Hora de Agir



- 01** Integrar o sistema alimentar no planejamento urbano incluindo outros setores da administração municipal para planejamento e design sensíveis aos alimentos.
- 02** Garantir que a política alimentar urbana, periurbana e de abastecimento se concentre em uma dieta acessível, saudável e nutritiva para as necessidades dos grupos de baixa renda.
- 03** Apoiar o papel do setor informal e seus atores, equilibrando entre segurança alimentar, informalidade, e também considerar as diretrizes da Economia Solidária.
- 04** Realizar estudo para viabilizar o possível investimento em tecnologia da informação e sistemas digitais para melhorar a formulação de políticas de base de evidências, garantindo o acesso ao setor informal e aos/ às pequenos/as produtores/as de alimentos.
- 05** Promover políticas de trabalho e emprego voltadas para sistemas alimentares sustentáveis e inclusivos, garantindo alimentos saudáveis e acessíveis, reduzindo o desperdício e fortalecendo a economia local. Essa estratégia busca coordenar e integrar as ações das diversas áreas do governo municipal, criando um quadro comum para ampliar o impacto das iniciativas relacionadas à alimentação acessível e sustentável em Santo André. Com isso, será possível preservar a biodiversidade e promover uma economia local mais resiliente, assegurando um futuro mais saudável para a cidade.
- 06** A estratégia articula-se em seis eixos: promover uma cultura alimentar sustentável e saudável, garantir o direito à alimentação, proteger solos e apoiar a produção local, priorizar canais curtos de comercialização, reduzir o desperdício alimentar, e implementar compras públicas sustentáveis, incentivando a inovação por meio de parcerias entre governo, sociedade civil, setor privado e academia.
- 07** Realizar um diagnóstico sobre a atuação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, visando reduzir ou eliminar a atual situação de insegurança alimentar vivida por parte da população da cidade.
- 08** Fazer um diagnóstico da Central Regional de Abastecimento Integrado de Santo André (CRAISA), priorizando a produção agroecológica, alimentos sem veneno, sem agrotóxicos e com preços acessíveis à população mais pobre.
- 09** Promover o controle de preços de verduras, legumes e grãos por intermédio de compras em grandes quantidades pela CRAISA em parceria com feirantes da cidade.
- 10** Instalar sanitários nas feiras populares do município.
- 11** Fortalecer e ampliar as experiências de agricultura urbana, hortas urbanas e comunitárias.
- 12** Criar uma política municipal de sacolões populares.
- 13** Criar um programa municipal de “hortas em casa”, para apoiar e orientar famílias que desejam produzir sua própria comida em casa.
- 14** Criar uma Escola Popular de Agricultura Urbana.
- 15** Implementar o Programa Cozinhas Solidárias, do Governo Federal. Organizar feiras orgânicas e agroecológicas e criar ou ampliar espaços de comercialização direta com os produtores, além de modernizar as feiras livres da cidade.
- 16** Aderir ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) para o município de Santo André.
- 17** Garantir o funcionamento regular do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (CONSEA).
- 18** Desenvolver espaços e mecanismos que permitam a concepção, promoção e aplicação de políticas públicas destinadas à construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e resilientes.
- 19** Implementar políticas públicas que promovam a corresponsabilidade e a colaboração de todos os setores do sistema alimentar, incluindo autoridades locais, entidades técnicas e acadêmicas, sociedade civil, pequenos/as produtores/as e setor privado.
- 20** A **Estratégia Alimentar Sustentável e Saudável** é um documento de planejamento que constitui o quadro de referência para a Administração Municipal de Santo André possa avançar para um sistema alimentar mais saudável e sustentável no município.

21 Essa estratégia orienta as políticas alimentares municipais, em consonância com as disposições do Pacto de Milão, assinado pela Prefeitura de Santo André em outubro de 2015, incluindo objetivos, conceitos-chave, medidas e ações concretas, bem como uma proposta de governança alimentar para a cidade de Santo André.

22 Realizar gestão junto ao órgão competente para a disponibilidade hídrica, o acesso à água e taxas diferenciadas para os pequenos produtores nas áreas urbana e rural (mananciais).

23 Identificar os grupos e territórios mais vulneráveis, por meio do Mapeamento de Insegurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de subsidiar ações coordenadas no município.

24 Realizar um diagnóstico junto aos Núcleos de Bairros a fim de mapear a agricultura familiar para construção coletiva de um Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

25 Potencializar as ações do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

26 Fomentar a captação de água da chuva e outras tecnologias de acesso à água (cisternas) nas áreas de agricultura familiar, promovendo práticas mais sustentáveis e resilientes.

27 Desenvolver e promover campanhas de educação alimentar e nutricional nas escolas, destacando a importância de uma dieta balanceada e o consumo de alimentos locais e sazonais.

28 Reduzir a taxa de desnutrição infantil em áreas vulneráveis por meio de programas integrados de nutrição.

29 Incentivar a criação de quintais produtivos para o apoio à produção e à transição agroecológica dos alimentos produzidos nesses espaços (temperos, condimentos, verduras, frutas e ervas medicinais).

30 Implementar programas de formação continuada para agricultores familiares sobre práticas sustentáveis e técnicas de cultivo diversificado, objetivando o aumento da produtividade e a resiliência das culturas locais.

31 Retomar feiras orgânicas em vários pontos da cidade, conectando produtores locais e consumidores, garantindo acesso a alimentos frescos e sustentáveis.

32 Realizar parceria com o Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica da UFABC, promovendo diálogo e construção de conhecimentos agroecológicos em espaços urbanos e periurbanos, aproximando-se das temáticas do rural e disseminando as tecnologias socioecológicas associadas.

33 Priorizar a compra de alimentos da agricultura familiar destinados à alimentação escolar.

34 Aperfeiçoar o Banco de Alimentos por meio da modernização de suas operações, expansão de suas parcerias e otimização dos processos de distribuição.





CULTURA





A cultura deve desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico de Santo André, assim como nas cidades mais vibrantes do mundo. Para nós, investir em políticas culturais é essencial, não apenas para promover o lazer, mas para fomentar transformações significativas na sociedade, afetando áreas como educação, segurança, saúde, mobilidade e economia. Assim, entendemos que a cultura deve ser uma política transversal na dinâmica do tecido social. Nossas propostas para a cidade estão estruturadas em cinco eixos objetivos:



EIXO 1: FOMENTO CULTURAL

- 01** Implementar programas de capacitação para produtores culturais e agentes territoriais, atualizando-os sobre captação de recursos e melhores práticas de gestão cultural.
- 02** Oferecer suporte na elaboração de projetos, facilitando o acesso a editais e recursos, além de promover a formação de redes de colaboração entre artistas e coletivos.
- 03** Ampliar a captação de recursos para o Fundo Municipal de Cultura, oferecendo contrapartidas aos doadores, como a vinculação de suas marcas em publicações anuais.
- 04** Fortalecer as redes de troca cultural, promovendo encontros e seminários para capacitar produtores e agentes culturais na estruturação de seus trabalhos
- 05** Criar o Museu Popular e programas educativos para que a comunidade artística seja valorizada e interaja com a educação.
- 06** Garantir espaços para que artistas de expressão popular tenham oportunidades para apresentar suas produções.
- 07** Criar galeria permanente de artistas que nasceram em Santo André.

EIXO 2: FRUIÇÃO CULTURAL

- 01** Promover encontros, feiras, mostras e festivais que integrem diversas linguagens e movimentos sociais, facilitando o intercâmbio e a difusão de conhecimentos.
- 02** Garantir que a agenda cultural da cidade inclua a defesa de pautas identitárias, como as da comunidade LGBTQIAPN+, movimento negro e juventude.
- 03** Criar um programa dedicado à cultura hip hop, incluindo a Casa do Hip Hop e o Mês do Hip Hop, com atividades que promovam a prática do grafite, break dance e batalhas.
- 04** Estabelecer circuitos que reconheçam e valorizem a história e a paisagem das diversas regiões da cidade, incentivando o turismo cultural.
- 05** Fomentar iniciativas independentes de saraus comunitários e coletivos, garantindo segurança e valorização dessas expressões culturais.
- 06** Retorno do carnaval andreense.
- 07** Incentivar a circulação teatral na cidade.
- 08** Criar bibliotecas itinerantes visando ao incentivo à leitura.

EIXO 3: FORMAÇÃO CULTURAL

- 01** Instituir um programa que valorize e amplie as escolas de formação artística, promovendo intercâmbios entre alunos e professores.
- 02** Criar novas escolas livres, como a Escola Livre de Música e a Escola Livre de Arte Urbana, com foco na cultura hip hop.
- 03** Estruturar um núcleo que acompanhe e oriente a sociedade civil sobre as políticas culturais, promovendo a capacitação de servidores e produtores culturais.

EIXO 4: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

- 01** Criar e implantar um sistema que garanta a proteção e a conservação dos bens culturais, móveis e imóveis.
- 02** Realizar inventários de bens culturais e divulgar seus resultados, em diálogo constante com universidades e instituições de pesquisa.
- 03** Modernizar a lei de patrimônio, ampliando as formas de proteção dos bens históricos, artísticos e paisagísticos da cidade.
- 04** Criar espaços de memória em equipamentos culturais, promovendo o conhecimento da história local e a valorização do patrimônio.



EIXO 5: GESTÃO CULTURAL

- 01** Realizar um diagnóstico do setor cultural para identificar necessidades e oportunidades, garantindo a elaboração de políticas públicas mais eficazes.
- 02** Reforma de equipamentos culturais: promover a reforma e modernização de espaços culturais, garantindo infraestrutura adequada para receber a população e as programações.
- 03** Implementar programas de capacitação para servidores públicos, garantindo que estejam atualizados sobre as melhores práticas de gestão cultural.
- 04** Criar um observatório da cultura que permita monitorar e avaliar as políticas culturais inovadoras, promovendo a transparência e a participação da sociedade.



PROTEÇÃO



ANIMAL



- 01** Garantir transparência sobre os animais no Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), permitindo a visita de protetores e munícipes e também de voluntários para passear com os animais presos nas baias.
- 02** Garantir que o castramóvel atenda animais de todos os portes.
- 03** Emitir boletins médicos diários para os animais internados no Hospital Público Veterinário, incluindo nos fins de semana.
- 04** Criar sistema de conscientização sobre maus-tratos, nas escolas, com a presença de animais e pessoas especializadas (como protetores).

- 05** Intensificar campanhas de adoção para os animais na CCZ, liberando a divulgação nas redes sociais, bem como as imagens dos mesmos para protetores e ONGs.
- 06** Criar sistema de adoção para entidades, como orfanatos e asilos, no município, dando lar aos animais e melhorando o bem-estar dos mesmos e das pessoas envolvidas nesse processo.
- 07** Transformar o Controle de Zoonoses em um verdadeiro abrigo de animais, com todo o conforto e segurança, o que inclui a criação de espaço pet com brinquedos, pista de passeio e a castração de todos os animais abrigados, de ambas as espécies e sexos.
- 08** Publicar no site da prefeitura as fotos e os dados dos animais com o objetivo de facilitar a adoção dos mesmos.





MEIO AMBIENTE

01 Tornar Santo André uma cidade saudável, protegendo a população no enfrentamento às catástrofes ambientais, realizando ações preventivas, educativas e de percepção dos riscos urbanos e ambientais, preparando a cidade para os efeitos extremos das mudanças climáticas, promovendo ações preventivas e educativas para situações emergenciais, como grandes enchentes, inundações, deslizamentos, seca, escassez hídrica e ondas de calor.

02 Proteger as populações mais vulneráveis que estão em áreas de risco, realocando-as para moradias em locais mais seguros.

03 Ampliar as ações dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC) para atuar em regiões com alto risco ambiental iminente, especialmente nas áreas com altos índices de poluição do ar, como o polo petroquímico.

04 Implementar o Bolsa Trabalho Verde, um benefício para jovens e adultos, com prioridade para moradores da periferia e mananciais, incentivando o trabalho voltado às potencialidades ambientais da cidade, com qualificação técnica realizada por meio de parcerias com universidades e outras instituições públicas e privadas.

05 5. Fortalecer o Programa VIGIAR (Vigilância em Saúde Ambiental e Qualidade do Ar, que identifica e prioriza áreas onde atividades econômicas ou sociais podem expor a população a poluentes do ar, com o objetivo principal de proteger a saúde das pessoas expostas a esses poluentes.

06 Renegociar os contratos das concessões de transporte público para a renovação da frota de veículos movidos a energia limpa, como biocombustível e energia elétrica.

07 Aumentar os postos avançados de inspeção obrigatória de carros e caminhões para reduzir a emissão de poluentes do ar.

08 Retomar a Cidade Botânica, reflorestando a cidade com espécies do bioma da Mata Atlântica, cuidando da fauna e da flora e recriando espaços de miniflorestas com sistemas de drenagem natural a partir do incentivo de mutirões realização das ações.

09 Reflorestar as grandes avenidas e ruas, áreas sem vegetação, e enriquecer a vegetação das praças públicas, implantando parques lineares e corredores verdes, incluindo jardins de chuva, permeabilidade do solo e arborização adequada para aumentar a resiliência ambiental.

10 Defender o aumento e o repasse do ICMS ecológico para a cidade, que tem aproximadamente 55% do território como Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais.

11 Implantar, em alguns trechos, a descanalização de córregos, transformando-os em parques ou praças urbanas com paisagismo para melhorar a qualidade das águas urbanas.

12 Realizar ações de fiscalização e monitoramento da qualidade da água.

13 Implantar Centros de Educação Ambiental Integral descentralizados, que envolvam coleta seletiva de resíduos volumosos, compostagem, educação ambiental, hortas urbanas agroecológicas, operacionalização do Programa Moeda Verde, usina de papel e cursos para melhorar a qualidade da separação de resíduos, promovendo a inclusão social de grupos vulneráveis.

14 Coibir e fiscalizar a incineração dos resíduos urbanos da cidade.

15 Criar o programa de cesta básica da construção sustentável para o planejamento habitacional da cidade.

16 Inovar no tratamento e reciclagem dos resíduos da construção e demolição, enfrentando com mais rigor e orientação os pontos de descarte irregular.





ESPORTE



- 01** Fortalecer e descentralizar as atividades esportivas, utilizando os CESAs como polos para práticas esportivas.
- 02** Criar o Conselho Municipal de Esporte e Lazer.
- 03** Criar o Clube da Comunidade Andreense, a fim de democratizar o acesso aos campos distritais de futebol. Serão reservados 80% dos horários dos campos para a comunidade local. A gestão será participativa, com eleições para o conselho gestor, supervisionado pelo poder público.
- 04** Elaborar levantamento de todos os equipamentos esportivos do município, incluindo Centros Esportivos e Campos Distritais.
- 05** Revitalizar os Campos Distritais.
- 06** Criar a Central Única de Agendamento para a utilização dos equipamentos esportivos do município, garantindo um acesso mais organizado e democrático.
- 07** Ampliar a Escola de Futebol Andrezinho Cidadão para todas as regiões do município, oferecendo aulas de formação esportiva nos períodos da manhã, tarde e noite.



P R E F E I T A

BETE 13

SIRAQUE

VICE Bruno Daniel

